

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens

Renata Alves Pires

**REVISÃO TEXTUAL DE TRABALHOS ACADÊMICOS:
Imaginários do autor à luz da análise de discurso**

Belo Horizonte
2022

Renata Alves Pires

**REVISÃO TEXTUAL DE TRABALHOS ACADÊMICOS:
Imaginários do autor à luz da análise de discurso**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), linha IV, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Elisa Ferreira Ribeiro.

Coorientadora: Prof. Dra. Carla Moreira.

Belo Horizonte
2022

Ficha catalográfica

Renata Alves Pires

**REVISÃO TEXTUAL DE TRABALHOS ACADÊMICOS:
Imaginários do autor à luz da análise de discurso**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), linha IV, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Elisa Ferreira Ribeiro.

Coorientadora: Prof. Dra. Carla Moreira.

Profa. Dra. Ana Elisa Ferreira Ribeiro – CEFET-MG (Orientadora)

Profa. Dra. Carla Moreira – CEFET-MG (Coorientadora Linha II)

Profa. Dra. Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues – PUC Minas (Membro titular externo)

Profa. Dra. Lilian Arão – CEFET-MG (Membro titular interno)

Profa. Dra. Patrícia Rodrigues Tanuri – CEFET-MG (Suplente)

Belo Horizonte
2022

A uma vastidão de sentimentos, uma infinitude de amor: Vitor e Artur.

AGRADECIMENTOS

À Ana Elisa Ribeiro, uma orientadora que já é, por si, a grande orientação.

À Carla Moreira, minha querida coorientadora, que aceitou a incumbência desta coorientação e se tornou referência e amiga.

Aos meus pais, Neide e Renato, que me trouxeram a este lugar.

Aos meus filhos, Vitor e Artur, porque existem e são tudo.

Às minhas irmãs, Maria Luiza e Tatiana, sempre companheiras e fortalecedoras de mim.

Ao Giuliano, que chegou no finalzinho e transbordou com tanto.

À Jozi, amigona que segurou a barra para eu me dedicar a este trabalho.

Aos colegas do Cefet que caminharam comigo no período do mestrado e enriqueceram meu aprendizado.

Ao Cefet, pela grande oportunidade de produzir conhecimento, aprender e crescer.

À fé que me movimenta, acalma e fortalece.

Muito obrigada!

*Porque entre o dito e o não dito é
irremediável que haja um espaço de
interpretação que não se fecha.
(ORLANDI, 1996, p. 72).*

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Funcionamento das formações imaginárias	27
Quadro 2 - Formações imaginárias	28
Quadro 3 - Imaginários do autor acadêmico em relação ao trabalho do revisor	80

RESUMO

Esta investigação estudou representações do revisor de textos no imaginário do autor acadêmico-científico, fundamentando-se na teoria da Análise de Discurso de Michel Pêcheux e seus desdobramentos no Brasil, com Eni Orlandi. Buscamos compreender, analisando o discurso do autor, o que esse cliente espera em relação aos serviços prestados, ao papel e às responsabilidades do revisor. Partimos do pressuposto de que, ao contratar uma revisão textual, o autor acadêmico-científico deseja que seja executada uma intervenção mais ampla do que uma correção normativo-ortográfico-gramatical. Acreditamos – e procuramos mostrar – que esse perfil de cliente, que escreve trabalhos no meio universitário com foco na geração de conhecimento e na publicação científica, busca no revisor um parceiro para ajudar na construção de uma versão final do texto. Para tanto, esse profissional deve, na visão do autor, interferir no texto em nível discursivo – seja corrigindo, realinhando e adequando, seja reescrevendo, se necessário –, a fim de que esse texto consiga dizer, da melhor maneira possível, aquilo que se propõe. O corpus de análise teve como base o discurso materializado em conversas e trocas de mensagens que autores acadêmicos estabeleceram com o revisor no ato da contratação e durante a realização do serviço de revisão, por meio de e-mail, WhatsApp ou comentários às margens do texto. Procuramos, no movimento de análise, dialogar com as teorias mais atuais em processos de edição, que abordam o fazer do revisor não apenas do ponto de vista da correção gramatical, mas também de uma perspectiva discursiva, como parte da atividade editorial. Compreendemos, assim, que o revisor, no imaginário do autor acadêmico-científico, é, sim, aquele profissional que encontra e corrige erros e desvios de ortografia, gramática e normatização; para além dessa função, porém, o revisor é também um coenunciador, um coescriba, um parceiro com quem o autor compartilha responsabilidades e a quem concede autonomia para intervir na construção de seu texto e de seu discurso.

Palavras-chave: Revisão textual; revisor de textos; escrita acadêmica; análise de discurso.

ABSTRACT

This investigation studied representations of the proofreader in the imagination of the academic-scientific author, based on Michel Pêcheux's theory of Discourse Analysis and its developments in Brazil, with Eni Orlandi. We seek to understand, by analyzing the author's discourse, what this client expects in relation to the services provided, the role and responsibilities of the reviewer. We start from the assumption that, when contracting a textual revision, the academic-scientific author wants a broader intervention than a normative-orthographic-grammatical correction to be carried out. We believe – and we try to show – that this client profile, who writes works in the university environment with a focus on knowledge generation and scientific publication, seeks a partner in the reviewer to help in the construction of a final version of the text. For that, this professional must, in the author's view, interfere in the text at a discursive level - either correcting, realigning and adapting, or rewriting, if necessary -, so that this text can say, in the best possible way, what is being said. proposes. The corpus of analysis was based on the discourse materialized in conversations and exchanges of messages that academic authors established with the reviewer at the time of contracting and during the performance of the review service, through email, WhatsApp or comments in the margins of the text. We seek, in the movement of analysis, to dialogue with the most current theories in editing processes, which approach the reviewer's work not only from the point of view of grammatical correction, but also from a discursive perspective, as part of the editorial activity. We understand, therefore, that the reviewer, in the imagination of the academic-scientific author, is, indeed, that professional who finds and corrects errors and deviations in spelling, grammar and standardization; Beyond this function, however, the reviewer is also a co-enunciator, a co-scribe, a partner with whom the author shares responsibilities and to whom he grants autonomy to intervene in the construction of his text and discourse.

Keywords: Text review; text reviewer; academic writing; discourse analysis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PERCURSO TEÓRICO.....	19
2.1 Da língua ao discurso	19
2.2 O sujeito na AD.....	22
2.3 O interdiscurso e os esquecimentos	23
3 SEARAS DA REVISÃO DE TEXTOS: PROFISSÃO E CAMPO DE SABER	31
3.1 O revisor de textos acadêmicos.....	38
3.2 O autor de textos acadêmicos	43
3.3 A escrita acadêmica	46
4 METODOLOGIA.....	49
4.1 Das condições de produção do corpus.....	49
5 ANALISANDO OS DISCURSOS.....	57
5.1 Grupo 1 - O revisor como coenunciador ou coescriba.....	57
5.1.1 O “nós” no discurso do cliente: autorizando, integrando e responsabilizando o revisor.....	57
5.1.2 Revisar é: reescrever, melhorar o texto, aprimorar... ..	62
5.2 Grupo 2 - Revisor é o que formata e coloca dentro das normas ortográficas e gramaticais.....	70
5.3 Grupo 3 - O revisor tem autonomia	74
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS.....	83
ANEXO 1 - Termo de consentimento assinado pelos autores/clientes	88

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho parte da prática, e não pretende perdê-la de vista. Assim, foi da vivência desta pesquisadora como revisora freelancer de textos, entre eles os acadêmicos, e de uma inquietação nascida nessa atividade diária, que as questões aqui em estudo foram suscitadas.

As dúvidas que surgiram, e que ainda surgem, ao longo dos trabalhos a mim contratados, especialmente quanto ao que é esperado pelos autores em relação às intervenções do revisor, levaram-me a buscar referências teóricas que me permitissem compreender e situar o exercício da revisão no campo acadêmico-científico, considerando também (senão principalmente) sua perspectiva como mercado de trabalho para o revisor.

A profissão de revisor de textos, apesar da longa existência, é ainda pouco compreendida pelo mercado de trabalho. Pelo enfoque acadêmico, nas duas últimas décadas, o ofício começa a ser mais explorado como tema de pesquisa. No campo mercadológico, a profissão ainda carece de definições formais e regulamentação.

É notável que circula socialmente um imaginário sobre o revisor que perpassa a ideia de um profissional que atua sobre textos, corrigindo desvios de normas e padrões, procurando erros que possam ter passado despercebidos durante a escrita, pelo autor, especialmente de ordem ortográfica e gramatical. Percebe-se que os próprios revisores contribuem para a manutenção desse imaginário. Nascimento (2014), em entrevistas que realizou com revisores para sua pesquisa de mestrado, constatou que a maioria desses profissionais, nos cursos formativos que fez, gostaria de ter estudado com mais enfoque questões relacionadas à gramática normativa; além disso, parte dos entrevistados não considera os conhecimentos extracurriculares como integrantes de sua formação. Prevalece entre graduados até o ano 2000, conforme essa autora, a noção de revisor como corretor de normas gramaticais.

Entretanto, alguns estudos já começam a delimitar um novo campo de ideias sobre a revisão, perfazendo o caminho da produção editorial para entender a profissão do revisor sob um viés discursivo, dentro de uma rede em

que diversos olhares e movimentos (autores, editores, preparadores, diagramadores, revisores) atuam no tratamento de textos para publicação.

Essa vertente analisa o papel desse profissional para além da correção gramatical e normativa, indo na direção da intervenção discursiva e da mediação na escrita e na produção de sentidos, participando do processo de autoria, tal como concebido por Salgado (2017), Muniz Jr. (2018), Ribeiro (2016), Rodrigues (2018), entre outros autores com os quais este trabalho pretende dialogar.

Assim, o revisor que é sujeito dessas pesquisas é entendido como um leitor profissional que interfere nas formas de dizer de um autor para tornar sua escrita mais adequada aos objetivos da divulgação. Cabe ao revisor, nessa perspectiva, a missão de ajudar o autor a levar sua pesquisa a público. (SALGADO, 2017; MUNIZ JR., 2018).

Essa nova corrente de estudos, embora venha sendo fomentada, numa análise geral da bibliografia parece se concentrar mais fortemente na atuação do revisor na área da produção editorial. Poucas pesquisas, portanto, foram desenvolvidas até o momento focando nos serviços de revisão para autores de textos acadêmico-científicos. Menos ainda quando afunilamos para um universo de estudos que considera o revisor como o profissional que intervém, para além da norma-padrão e da formatação, no pragmatismo e na discursividade do texto.

Diríamos que buscar respostas para diminuir, de modo geral, a nebulosidade que permeia o mercado de trabalho do revisor já seria, por si, algo motivador para um pesquisador. Nesta dissertação, especificamente, minha prática profissional e a necessidade que percebi de aprimorar a interlocução com os autores que me contratavam para revisar seus textos somaram-se ao contexto, subjetivando meu interesse e impulsionando a realização da pesquisa.

Acreditamos que conhecer representações do autor acadêmico em relação ao seu texto e à atuação da revisão sobre ele possa dar uma importante contribuição para a interlocução entre revisor e autor, aproximando e melhorando a comunicação entre eles.

Além disso, considerando que a delimitação do escopo de atuação do revisor esteja intrinsecamente ligada às expectativas do cliente, supomos que o

imaginário do autor possa contribuir em certa medida para delinear formalmente o trabalho do revisor.

Ainda, considerando que o trabalho do revisor de textos insere-se em uma lógica de mercado e que está, portanto, sujeito às influências desse mercado, percebemos que é fundamental entender o ponto de vista e as demandas dos autores como consumidores de tal serviço. Lembrando que as questões sobre a atuação do revisor na área acadêmica merecem ser problematizadas em virtude, entre outros motivos, da crescente expansão desse mercado de trabalho. De acordo com o Leiden Ranking 2016-2019 (divulgado em 2021) de produção científica mundial, o Brasil gerou nesse período nada menos do que 80,058 mil publicações. Um dado significativo que representa, sem dúvida, um incentivo aos revisores na defesa de sua profissão.

Assim, de um ponto de vista geral sobre a ocupação de revisor de textos e o profissional que a desempenha, muitas perguntas ainda estão por ser respondidas. Quem é esse profissional? Que saberes deve ter? Que tipos de intervenção cabem no escopo dessa profissão? Compete ao revisor alterar o conteúdo do texto? De que forma e em que medida as intervenções de um revisor esbarram em questões relativas à autoria?

Esse contexto, um tanto impreciso, no qual o revisor parece tatear para buscar um desempenho adequado de suas atribuições, torna-se ainda mais complexo quando se percebe que as indefinições da profissão são maiores ou menores a depender da área em que o profissional está atuando.

É nessa direção que pretendemos contribuir com esta pesquisa, analisando o discurso do autor acadêmico-científico para compreender os sentidos em trânsito sobre a revisão de textos e, especialmente, sobre o profissional que a realiza. Partimos do pressuposto e tentaremos encontrar marcas que nos apontem que os autores de textos acadêmicos, ao buscar um serviço de revisão, esperam intervenções que extrapolam os limites normativos e gramaticais da língua, entrando na esfera do sentido e do discurso.

Lembramos que a profissão de revisor ainda não está regulamentada no Brasil, embora isso possa estar em andamento a partir da criação de cursos especializados e a formação em nível superior. Na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho, documento que reconhece, nomeia e codifica as ocupações do mercado de trabalho brasileiro, o revisor de

textos é listado como um profissional do jornalismo, a quem compete o exercício de funções variadas nos meios de comunicação e de quem se requer a formação em jornalismo.

No que tange ao revisor de textos, portanto, não é sobre o controle do Estado, a habilitação por entidades classistas ou a certificação por um diploma de ensino superior que se edifica a legitimidade dessa categoria profissional. Pelo menos por enquanto, apoiando-nos no modelo cognitivo de Scott apresentado por Cavalcanti (2008, p. 31), propomos que a legitimidade do revisor se baseia em “crenças da sociedade relativas à eficiência e à utilidade de um modelo profissional baseado em um conhecimento especializado”. Em outras palavras, a legitimidade não deriva de normas e regulações, mas de uma visão de mundo sobre a prática profissional que é socialmente construída por seus participantes.

Partindo dessa teoria, podemos dizer que esta pesquisa toca também na questão da legitimação da profissão de revisor. Muniz Jr. (2018, p. 42) afirma que “aquilo que pensam e dizem os autores sobre os revisores, preparadores e editores é uma parte importante da construção sócio-discursiva da atividade desses profissionais”. Na literatura relacionada ao trabalho editorial, porém, percebe-se que as investigações “têm recaído mais sobre o produto textual que circula socialmente do que sobre a prática discursiva em si, com seus produtos provisórios circulando nos ambientes de trabalho” (MUNIZ JR. 2009, p. 2).

Portanto, na perspectiva que abraçamos neste trabalho, a intervenção do revisor (ou a não intervenção) inevitavelmente interfere na produção de sentidos, e é dessa maneira que contribui para a legibilidade do texto e que justifica, em última instância, a própria razão de existir desse ofício.

Atamos elos na corrente dos estudiosos contemporâneos, especificamente da área de revisão textual, acreditando e buscando encontrar, a partir do discurso do autor de textos acadêmicos, marcas de sentido que nos mostrem que a revisão no campo acadêmico-científico já alcançou um status que aqui estamos chamando “moderno” da profissão.

Para isso, contando com o suporte da teoria da Análise de Discurso de origem francesa e suas vertentes no Brasil, especialmente com Eni Orlandi (1994, 2001, 2005), estudamos as formações imaginárias em jogo no discurso do autor acadêmico, na sua interlocução com o revisor de textos, durante o

processo de contratação e realização de serviços de revisão textual. Restringimos a pesquisa ao campo de produção de textos acadêmico-científicos que se delimita a partir dos cursos de pós-graduação, a partir do qual perguntamos: de que maneira o autor de textos científico-acadêmicos percebe o trabalho do revisor quando contrata os serviços desse profissional?

O corpus foi formado por sequências discursivas recortadas de mensagens trocadas entre o revisor e o autor que o contratou, com foco no discurso do cliente, em comunicações que se desenvolveram por e-mail, WhatsApp e comentários ao longo do texto em processo de revisão, inseridos pelo revisor utilizando as ferramentas “controlar alterações” e “novo comentário” do editor de textos do Word.

Nosso objetivo geral com a pesquisa foi compreender o imaginário produzido no discurso desses autores em relação ao trabalho do revisor, contribuindo para a geração de conhecimentos que ajudem o revisor no diálogo com seus clientes e na prática diária de sua profissão. Tivemos como objetivos específicos: 1) Analisar alguns tipos de intervenções que o autor de textos acadêmicos espera ver realizados em seu texto pelo revisor e a relação dessas intervenções com representações desse profissional para o autor; 2) Compreender como a autonomia do revisor se constrói no discurso do autor acadêmico; 3) Identificar, a partir do funcionamento do discurso do autor, marcas que apontem o revisor como um leitor crítico e, portanto, um parceiro na construção de uma versão final do texto.

Além desta introdução, que corresponde ao primeiro capítulo, esta dissertação está estruturada em outros cinco capítulos. No capítulo dois, discorreremos sobre o percurso teórico que seguimos para a pesquisa, tendo como base a teoria da Análise de Discurso. No três, realizamos um levantamento da literatura a respeito da revisão de textos, buscando situar o tema tanto na esfera profissional como no campo do conhecimento científico. Discorreremos ainda sobre a revisão textual especificamente na área acadêmica, falamos um pouco sobre a escrita no meio acadêmico, contextualizando rapidamente a formação discursiva em que o autor dos discursos aqui analisados se insere, e ressaltamos algumas noções de autoria com as quais pretendemos dialogar a partir dos resultados de nossas análises.

A metodologia e o movimento de análise propriamente são expostos nos capítulos quatro e cinco, respectivamente, ficando o capítulo seis reservado às considerações finais.

2 PERCURSO TEÓRICO

“É no simbólico que o sujeito do inconsciente se estrutura como linguagem.”

(FERREIRA, 2004 apud NOBLE, 2016, p. 23)

2.1 Da língua ao discurso

A proposta desta pesquisa partiu da prática profissional desta pesquisadora, que como revisora freelancer de textos inspirou-se em buscar respostas para algumas questões que circundavam seu cotidiano de trabalho, especialmente no que se refere à revisão de textos acadêmicos.

Falando na primeira pessoa, explicarei melhor o início da motivação para embrenhar-me no mestrado, a partir deste projeto. Formada em jornalismo, com pós-graduação em revisão de textos pela PUC Minas, e trabalhando como revisora autônoma de textos, em modelo de home-office, eu levantava muitas dúvidas em relação ao meu trabalho quando recebia um texto acadêmico para revisar. Sabia como atuar para revisar um texto jornalístico, conhecia bastante as características desse tipo de texto e suas demandas de edição, pois havia trabalhado mais de 20 anos redigindo e editando matérias jornalísticas para uma assessoria de imprensa de uma entidade privada e outros veículos de comunicação. Minhas atribuições e meus limites eram mais bem definidos para esse tipo de revisão.

Quando um texto acadêmico caía em minhas mãos, entretanto, dúvidas diferentes apareciam. A maioria delas estava sempre relacionada a entender o que o autor esperava de mim, da minha atuação sobre seu texto. Até que ponto eu poderia intervir sem constranger a relação profissional que o autor estabelecia comigo? Que tipo de alteração ele esperava de mim sobre seu texto? Se um trecho estivesse pouco claro, por exemplo, será que eu poderia reescrevê-lo sem prévio aviso, ou eu deveria sinalizar antes para o autor, a fim de solicitar sua autorização?

Todas as dúvidas que surgiram, e que ainda surgem, quanto ao que é esperado pelos autores em relação às intervenções do revisor, levaram-me, desse modo, a buscar referências teóricas para compreender e situar o

exercício da revisão no campo acadêmico-científico, considerando também (senão principalmente) sua perspectiva como mercado de trabalho para o revisor.

No meio de muitas bibliografias, encontrei poucas que me falavam, de maneira mais objetiva, sobre as expectativas do autor acadêmico quanto à revisão. Decidi, então, implementar esta pesquisa, no desejo de contribuir para ampliar o conhecimento específico sobre esse campo de atuação da revisão, ajudando os revisores – e a mim mesma – em sua rotina diária de revisar profissionalmente textos da área científico-acadêmica.

Parafraseando Muniz Júnior (2009), o trabalho do revisor consiste em contribuir para que um texto produza os sentidos mais próximos possíveis dos desejos de seu autor. A partir daí, perguntamos: é disso mesmo que se trata os serviços desse profissional, na visão do autor que o contrata? Afinal, o que pode e deve ser feito por um revisor e o que foge ou extrapola suas atribuições sobre um texto, segundo seu autor? Até que ponto pode chegar a autonomia do profissional de revisão para intervir na produção textual do outro?

Para tentar responder a essas questões, é preciso entender a profissão de revisor pela ótica do autor acadêmico. Para isso, tomamos como ponto de partida, neste estudo, o enfoque de Orlandi (2005), para quem a troca de palavras é presidida por um imaginário que se sustenta nas relações sociais e de poder inscritas na história, fazendo parte do funcionamento da linguagem.

É principalmente nesse relevo à força da imagem na constituição dos dizeres que nos inspiramos para seguir a trilha da Análise de Discurso (doravante AD), a partir da vertente pecheuxtiana de origem francesa. Mas não só nele. Apoiamo-nos na ideia de que, para além das palavras, é também nos modos de dizer (e de não dizer) do autor que se assentam os sentidos que buscamos alcançar. Admitimos ainda que, quando o autor fala com o revisor a respeito do trabalho de revisão, é afetado por certos sentidos (e não por outros), da ordem de um interdiscurso, que ele não domina ou mesmo tem consciência, “ficando ao sabor da ideologia e do inconsciente” (ORLANDI, 2005, p. 34). O mesmo acontece com o revisor que participa desse diálogo.

Assim, analisaremos o discurso do autor de textos acadêmicos em acontecimento nas mensagens que são trocadas entre ele e o revisor por e-mail, WhatsApp ou outras vias, desde a contratação até a entrega do serviço

final de revisão. Entendemos que o autor que contrata o revisor (e o próprio revisor) é um sujeito do discurso inscrito na linguagem, “atravessado pelas posições de onde fala, suscitando ou suscitado pelas relações de poder” (MOREIRA, 2009, p. 11). Em outras palavras, queremos dizer que o lugar de onde esse sujeito fala é constitutivo do que ele diz, retomando, com isso, a noção de relações de força desenvolvida por Orlandi (2005). No caso do autor, nosso sujeito fala do lugar de um pesquisador, que contrata um serviço especializado, o de revisão de textos, estando condicionado a necessidades e demandas específicas do contexto de produção no qual está inserido.

Aprofundaremos nessa noção de sujeito, bem como nos conceitos de ideologia, formação discursiva, imaginário, interdiscurso e outros que serão mobilizados nesta pesquisa. Antes, porém, retomamos a origem para compreender as bases da AD e da matéria sobre a qual ela se debruça – o discurso.

Por diversos motivos, a opção pela Análise de Discurso pareceu-nos a mais acertada aos objetivos deste estudo. A começar pela natureza de seu objeto. Tal como repercute Orlandi (2005), a partir da teoria de Pêcheux, a Análise de Discurso aborda a língua não como sistema, mas como palavra em movimento, linguagem em prática, “efeito de sentidos entre locutores” (p. 21) – como discurso, sendo este seu objeto teórico de estudo.

Difere, dessa forma, da Linguística do século XIX, cuja ênfase assentava-se na língua como um sistema de signos de caráter expressivo, fundamentado em regras próprias para ilustrar algo que lhe é externo. Lembremos que uma das referências na abordagem formalista da língua, Ferdinand Saussure (2006) definia que a língua fosse estudada em si mesma, como código, desconsiderando qualquer fator extralinguístico, ou seja, que não estivesse ligado aos elementos que compõem o sistema linguístico e suas relações. Nessa perspectiva, compreendia-se a língua como mero e exclusivo instrumento de ligação – transparente e desprovido de materialidade – entre pensamento e mundo, objeto e significado.

Pêcheux (1997), por sua vez, discute as contradições da Linguística formalista a partir de questões que contrapõem a língua (como código) a determinações que são externas ao sistema linguístico, mas que nele intervêm,

quais sejam, história e sujeito, abordando, a partir daí, a noção de discurso e formações discursivas.

A Análise do Discurso, assim, confere às palavras uma espessura semântica, insinuando que o texto significa por si, carrega uma forma material que é corporificada pela história. Dizendo de outra maneira, sem percebermos como, as palavras já chegam a nós trazendo sentidos, que se constituíram politicamente no percurso da história. (ORLANDI, 2005).

As sistematicidades linguísticas, ou seja, o código e suas regras, prestam-se a materializar o discurso, num processo cujas fronteiras estão em constante movimento e sobreposição. Pêcheux (1997) sintetiza essa distinção entre língua e discurso da seguinte forma:

[...] todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma *autonomia relativa* que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Linguística.
É pois, *sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos* [...]. (PÊCHEUX, 1997, p. 91, grifos do autor).

Se o discurso se concretiza sobre uma base linguística, é preciso, por sua vez, delimitar uma unidade para sua análise. Consideramos aqui, com essa finalidade, a concepção de enunciado. Bakhtin (2003) afirma que um discurso “só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso”. (p. 274). O enunciado seria, portanto, a unidade real da comunicação discursiva.

Atendo à questão da opacidade da língua, dos sentidos que não são transparentes, mas construídos nesse jogo da enunciação, entramos assim na discussão sobre as condições de produção do discurso e nos conceitos de sujeito, ideologia e interdiscurso que acompanham tais condições.

2.2 O sujeito na AD

Mais uma vez recorremos a Orlandi (2005), e com ela afirmamos que não existe discurso sem sujeito. Assim, a formação de qualquer discurso tem em sua base a participação de um indivíduo que, ao se relacionar historicamente com a língua – como única maneira de ligação possível – é interpelado por uma ideologia e assim se constitui em sujeito.

Ideologia, aqui, é definida tomando em consideração o ponto de vista discursivo. “(...) é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários”. (ORLANDI, 2001, p. 31).

A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso pela ideologia, desse modo, ocorre a partir da identificação desse sujeito com uma determinada **formação discursiva**, que é o lugar no qual os sentidos se constituem. Pechêux (1997) explica esse conceito afirmando que os elementos linguísticos, seja uma palavra, seja uma expressão, não têm um sentido único ou fixo. Seus sentidos variam conforme as posições sustentadas pelo sujeito que os emprega, isto é, de acordo com a formação ideológica em que esses sujeitos se inscrevem. Dito isso, o autor denomina de formação discursiva tudo aquilo que pode e deve ser dito em uma determinada posição (formação ideológica) e conjuntura.

Essa noção é importante para entendermos que o sujeito desta investigação, na posição de autor acadêmico que contrata um serviço de revisão textual, está submetido a um sistema de relações entre os significantes (processo discursivo) que é constituinte dessa posição, ou seja, dessa formação discursiva; e que é dentro desse funcionamento que suas palavras adquirem sentidos.

Chegamos, assim, à noção de interdiscurso.

2.3 O interdiscurso e os esquecimentos

Quando o sujeito fala, ou seja, quando formula seu discurso, algo que não é acessível a ele fala antes. Suas palavras vêm carregadas de sentidos que foram constituídos em outros dizeres e “apagados” de sua memória, dando a impressão de que ele é origem de tudo o que diz. Não é. O sujeito, na sua relação com os sentidos, com a significação, é determinado pela exterioridade, pela memória discursiva, pelo **interdiscurso**.

Os elementos desse interdiscurso – que Pechêux qualificou como o “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas” (1997, p. 162) – constituem, sob a forma de pré-construído e de processo de sustentação, “no discurso do sujeito, os *traços daquilo que o determina*” (p. 163), ao mesmo

tempo em que “são re-inscritos no discurso do próprio sujeito” (p. 163). Explicado por Orlandi (2005), “o interdiscurso significa justamente a relação do discurso com uma multiplicidade de discursos, ou seja, ele é um conjunto não discernível [...] de discursos [...]”

No entanto, ainda que não seja a origem do discurso, o sujeito esquece que o que diz já foi dito em outro lugar e que, por isso, já carrega sentidos outrora constituídos. Esse esquecimento é constitutivo do efeito de evidência de sua fala. Orlandi (2005) denomina esse mecanismo de produção de evidências, que é ideológico, de esquecimentos número um e número dois.

No esquecimento número um, o sujeito reorganiza sentidos já produzidos no interdiscurso, a partir de conceitos “arquivados”, porém apagados da memória para que “adquiram” sentido em suas palavras. Ele usa palavras sociais para produzir um discurso que acredita ser seu. No número dois, o sujeito esquece que aquilo que ele diz pode ser dito de outra maneira, formando famílias parafrásticas que mostram que o dizer sempre pode ser outro. (ORLANDI, 2005).

Não significa que seu dizer seja mera repetição de sentidos. Construimos novas ideias a partir das memórias discursivas e das ideologias. “Cada acontecimento discursivo é inédito e o retorno à memória não é simples reprodução”, já reforçaria Orlandi (2001). Ao contrário, em cada discurso há, sempre, um deslocamento. Esse deslocamento, no entanto, está filiado a uma determinada memória discursiva, a qual representa a própria condição para a produção do sentido.

Confirmamos em Foucault (1996) o papel da exterioridade na determinação do discurso. Para o autor, não há no interior de um discurso um núcleo de pensamento ou significação que estaria se manifestando nele. Não se deve, portanto, procurar dentro dele seu sentido. Deve-se, isso sim, “(...) a partir do próprio discurso, de sua aparição e regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixar suas fronteiras”. (FOUCAULT, 1996, p. 53).

Em outras palavras, o dizer tem história, e é daí que se constitui o materialismo no discurso. Novamente, não há relação entre mundo e palavra, termo a termo. Como afirma Orlandi (2001), o sujeito, ao dizer, significa em condições específicas que são determinadas pela língua, por sua experiência

no mundo e por sua memória discursiva. Ele se inscreve em formações discursivas que circunscrevem o que ele pode e o que ele não pode dizer. Mais uma vez, portanto, é sua posição no mundo, sua inscrição nas formações discursivas que determinam suas significações ou os sentidos que ele produz.

Orlandi contribui para o entendimento sobre a posição do sujeito discursivo afirmando:

Quanto ao social, não são os traços sociológicos empíricos – classe social, idade, sexo, profissão – mas as formações imaginárias, que se constituem a partir das relações sociais, que funcionam no discurso: a imagem que se faz de um operário, de um presidente, de um pai, etc. Há em toda língua mecanismos de projeção para que se constitua essa relação entre a situação – sociologicamente descritível – e a posição dos sujeitos, discursivamente significativa. (Orlandi, 2001, p. 30).

É em Pêcheux (1997) que Orlandi vai buscar subsídios para explicar melhor a questão das formações imaginárias que sustentam os discursos. A autora diz que as condições de produção são compostas tanto pela língua material quanto por um mecanismo imaginário que produz imagens dos sujeitos dentro de uma conjuntura sócio-histórica. “Na relação discursiva, são as imagens que constituem as diferentes posições”, conforme reforça a autora. (ORLANDI, 2005, p. 40).

Parafraseando Orlandi, então, dizemos que não seriam, pois, os traços sociológicos empíricos do profissional de revisão que funcionariam no discurso do autor de textos acadêmicos que contrata esse serviço. Seria, antes, a imagem que ele faz do revisor e de sua profissão o que estaria significando em seus enunciados.

Nesse jogo de imagens posto em ação, interessa-nos entender, portanto, a posição-sujeito do autor acadêmico, a posição-sujeito de seu interlocutor, o revisor, e a posição do objeto do discurso. Em outras palavras, queremos perceber a imagem que o autor atribui a si quando fala ao revisor, a imagem que ele tem do próprio revisor e, ainda, a imagem do objeto discursivo em questão – o assunto do qual ele fala e sobre o qual o revisor responde.

Pêcheux apresenta didaticamente o funcionamento das formações imaginárias no discurso, chamando de A e B “os lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode

descrever o feixe de traços objetivos característicos [...]” (PÊCHEUX, 1997, p. 82).

Essa noção está esquematizada a seguir (Quadro 1).

Quadro 1 - Funcionamento das formações imaginárias

	EXPRESSÃO QUE DESIGNA AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS	SIGNIFICAÇÃO DA EXPRESSÃO	QUESTÃO IMPLÍCITA CUJA "RESPOSTA" SUBENTENDE A FORMAÇÃO IMAGINÁRIA CORRESPONDENTE
A	$I_A (A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	Quem sou eu para lhe falar assim?
	$I_A (B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	Quem é ele para que eu lhe fale assim?
B	$I_B (B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	Quem sou eu para que ele me fale assim?
	$I_B (A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	Quem é ele para que me fale assim?

Fonte: Pêcheux (1997 [1969], p. 82).

	EXPRESSÃO QUE DESIGNA AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS	SIGNIFICAÇÃO DA EXPRESSÃO	QUESTÃO IMPLÍCITA CUJA "RESPOSTA" SUBENTENDE A FORMAÇÃO IMAGINÁRIA CORRESPONDENTE
A	$I_A (R)$	Ponto de vista de A sobre R	De que eu lhe falo assim?
	$I_B (R)$	Ponto de vista de B sobre R	"De que ele me fala assim?"

Fonte: Pêcheux (1997 [1969], p. 83).

Assim, apoiando-nos no esquema de Pêcheux para as formações imaginárias, dizemos que o sujeito de nossa pesquisa, ao enunciar a respeito do revisor ou do ofício que ele desempenha, qual seja, a revisão textual, traz representações que faz não apenas do lugar do revisor, mas de seu próprio lugar e do objeto revisão – que, como pudemos perceber a partir das sequências discursivas que analisamos, relaciona-se com pré-construídos que tomam a língua como gramática, assim como a escrita acadêmica como padrão pré-estabelecido. Destacam-se nessas representações as relações de poder e alteridade que se estabelecem entre esses lugares. Desenhamos a seguinte proposição para o embasamento de nossa análise (Quadro 2):

Quadro 2 – Formações imaginárias

EXPRESSÃO QUE DESIGNA AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS	SIGNIFICAÇÃO DA EXPRESSÃO	QUESTÃO IMPLÍCITA CUJA “RESPOSTA” SUBENTENDE A FORMAÇÃO IMAGINÁRIA CORRESPONDENTE
A (autor acadêmico) $I_A (A)$	Imagem do lugar de autor acadêmico para o autor acadêmico	Quem sou eu para lhe falar assim?
R (revisor contratado) $I_A (R)$	Imagem do lugar de revisor para o autor acadêmico	Quem é ele para que eu lhe fale assim?
LE (língua e escrita acadêmica) $IA (LE)$	Imagem de língua e de escrita acadêmica para o autor acadêmico	De que eu lhe falo assim

Elaborado pela autora a partir de Pêcheux (1997[1969], p. 83.)

Recorremos a Noble (2016) para reafirmar que os dizeres sobre o revisor de textos que serão aqui analisados “apontam para um imaginário de revisor, de revisão e de língua que não se dão por acaso, mas são constituídos historicamente, o que deixa marcas nos dizeres dos sujeitos” (NOBLE, 2016, p. 27). Compreendemos que a ideologia é condição indispensável para a constituição de nosso sujeito e a produção dos dizeres em seu discurso, ou seja, que seu discurso é produzido ideologicamente.

Assim, pensaremos nas posições-sujeito autor e revisor a partir das práticas de linguagem historicamente constituídas e legitimadas no meio acadêmico, procurando perceber as formações imaginárias que respondem às questões sobre quem é o revisor *para* o autor de textos acadêmicos, conforme a perspectiva pecheuxtiana.

Analisaremos os discursos que compõem o corpus desta pesquisa do ponto de vista das relações que se estabelecem entre língua e história – em outras palavras, considerando a unidade linguístico-histórica desses discursos e, ainda, sua relação com o que é dito a respeito do ofício da revisão em outras condições de discurso.

A partir dessas marcas, pretendemos entender como o sujeito-autor sinaliza sua posição naquilo que diz (e no modo como diz ou não diz) ao revisor por circunstância da contratação de um serviço e da interlocução que se estabelece ao longo do processo de execução do trabalho. Queremos saber, nas palavras de Orlandi (2005, p. 65), “o modo como o discurso que pesquisamos se textualiza”, com a produção e a naturalização de imaginários sobre o revisor pelo autor de textos acadêmicos.

Resumindo, portanto, entendemos que o que se diz a respeito de algo não é apenas mensagem a ser decodificada, e buscamos compreender aqui, ao final, o sentido da revisão *para* o autor de textos acadêmicos (sujeito afetado pela ideologia), por meio do discurso materializado nos enunciados que compõem os diálogos desse autor com o revisor. Retomando Pêcheux, “é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc” [...] (1997, p. 160) – e aqui continuamos: um revisor, um trabalho de revisão textual...

Desse modo, interessa-nos saber: afinal, que ideologia está posta em jogo nos discursos do autor acadêmico, na significação do trabalho do revisor? Para chegarmos a essa compreensão, reafirmamos que o autor acadêmico, como forma-sujeito aqui em análise, utiliza palavras ou elementos linguísticos “sociais”, de um interdiscurso, para produzir um discurso que acredita ser seu.

Vejamos, então, no próximo capítulo, que palavras são essas, ou ainda, que relações entre significantes circulam, na forma de pré-construídos (PÊCHEUX, 1997), determinando sentidos sobre a revisão textual em geral, tanto como profissão quanto como campo de conhecimento; sobre a revisão específica de produções acadêmicas; e ainda sobre autoria e escrita no meio universitário.

3 SEARAS DA REVISÃO DE TEXTOS: PROFISSÃO E CAMPO DE SABER

Revisar um texto é uma atividade tão antiga que dispensaria apresentações. De maneira mais sistemática, as primeiras referências sobre a profissão aparecem nos anos de 1500, após o advento da tipografia. Origem bem mais remota, entretanto, pôde ser vislumbrada por Volkweis (2020), a partir de estudiosos como: Araújo, que supõe que a revisão tenha surgido por volta do século VI; Jean, que data o surgimento da atividade no século XII; e Rocha, que vê sinais desse ofício já nos primórdios dos registros da comunicação humana, em paredes de cavernas, ossos, papiros ou papéis.

No Brasil, embora não tenhamos encontrado registros científicos sobre o início da profissão de revisor, supomos – seguindo algumas pistas deixadas a esmo em obras de literatura ou em estudos ligados à produção editorial – que o ofício também tenha acompanhado o desenvolvimento do mercado tipográfico, especialmente a partir da vinda da família real, em 1808, e da fundação da Impressão Régia no país. Há dados, por exemplo, sugerindo que Machado de Assis tenha trabalhado como revisor de provas na livraria Paula Brito, no ano de 1858, e no jornal Correio Mercantil, em 1859 – ocupação que ele teria conquistado como uma “ascensão” da carreira de tipógrafo, mas que ainda provocava nele sensação de “inferioridade” frente aos intelectuais da época, conforme relata Lúcia Miguel Pereira (1936) em seu estudo crítico e biográfico sobre o escritor. A percepção de que a revisão de textos era uma profissão “de menor importância” diante da escrita literária é inclusive abordada por Machado de Assis em um conto, de acordo com a mesma autora.

Com toda sua longevidade (ou a despeito dela, se considerarmos que muitas profissões foram e vêm sendo extintas no percurso dos anos), no Brasil e no mundo, a revisão de textos continua forte e imprescindível como sempre. Em tão vasta trajetória, porém, os meandros dessa profissão permanecem um tanto obscuros, desvelando estereótipos que não condizem ou estão aquém do que revelam a prática diária e o produto do trabalho de um revisor.

Romano (2021), num panorama bastante abrangente sobre a revisão de textos, faz um percurso pela pesquisa nessa área e nos apresenta representações do revisor ao longo do tempo. Ao menos duas se sobressaem: a de um profissional corretor de normas, fiscal da língua, conferidor de padrões

e regras de escrita; e a de um revisor decisor, resolutivo, participante da produção de sentidos, dando contribuições que ultrapassam a visão de língua como gramática e se efetivam nos meandros do discurso materializado no texto.

Pensando nessas duas vertentes (se assim podemos chamar) da profissão, é notório que prevalece para o senso comum uma imagem do revisor como profissional que caça e corrige erros e desvios relacionados a prescrições gramaticais e padrões editoriais previamente definidos. Ribeiro (2016) nos mostra traços desse imaginário ao analisar representações do revisor em crônicas de Eduardo Almeida Reis veiculadas no jornal mineiro *Estado de Minas*.

Nos textos analisados sobressai um revisor que é “leitor profissional do cronista, que lhe deveria filtrar os ‘escorregões’, mas, na maior parte do tempo, figura como o ‘jovem’ que desconhece muito da língua do narrador” (RIBEIRO, 2016, p. 50). Há uma representação de revisor prescritivista, porém pouco experiente, sem pleno domínio da língua formal e cujo trabalho só é percebido quando a publicação sai com erros – culpa do revisor.

Ao discorrer sobre terminologias usadas para designar as atividades daqueles que intervêm em textos, Muniz Jr. (2010) deixa evidente esse lugar “menor” que costuma ser ocupado pelo revisor no que se refere à autonomia para intervir de forma mais substancial em um texto em processo de revisão. Apesar de ressaltar que não há consenso para as denominações dos profissionais do texto, em função justamente da fluidez de seus papéis, a depender do contexto em que a produção se insere, o autor descreve o trabalho do revisor em meios institucionalizados, como as editoras, da seguinte forma:

em geral designa-se revisor o profissional que intervém nas fases finais do processo, com o objetivo de eliminar problemas textuais (padrões editoriais e gramaticais, por exemplo) e visuais (decorrentes de lapsos na diagramação ainda pendentes. Nesse caso, o ideal é que as correções de caráter mais sistêmico tenham sido feitas em fases anteriores do processo, com a edição e a preparação do original. (MUNIZ JR., 2010, p. 271).

Ribeiro confirma: “Se o texto não é o melhor possível, é o momento de o copidesque entrar em ação e intervir, de maneira incisiva, para que o original

seja legível. Ao revisor cabe tarefa bem mais discreta e adiantada, qual seja, a de comparar original e prova”, (2016, p. 25). Em um artigo em que discute as diferenças apontadas por especialistas entre as práticas de revisores, preparadores e editores de texto (ou copidesques), a autora ressalta que o desconhecimento sobre as funções de cada uma dessas categorias começa na escola, entre os estudantes de Letras – habilitação que, junto com os cursos de Comunicação Social, daria suporte à formação de profissionais aptos a trabalhar com textos. Tanto alunos de graduação quanto estudantes de pós-graduação têm como concepção de revisor de textos aquele profissional que fiscaliza o uso da língua, buscando detectar desvios relacionados à norma-padrão ou ao que reza a correção gramatical.

Nascimento (2014) corrobora essa constatação em sua pesquisa de mestrado, intitulada *Revisor de textos: concepções e formação do profissional em Minas Gerais*. A partir de entrevistas com 31 revisores em Minas Gerais, a pesquisadora pretendeu traçar um perfil do profissional de revisão de textos, considerando sua formação, pré-requisitos para se tornar revisor e concepções de texto e revisão dos profissionais entrevistados.

O trabalho mostrou, entre outros resultados, que a maioria dos revisores gostaria de ter estudado com mais enfoque questões relacionadas à gramática normativa nos cursos que realizaram, e que uma parte dos entrevistados não considera os conhecimentos extracurriculares como integrantes de sua formação. Nascimento (2021) assegura, portanto: “[...] revisores graduados até início dos anos 2000 concebem a revisão de textos com ênfase maior nas questões de gramática normativa” (p. 59).

Do ponto de vista da produção editorial, Ribeiro (2016) observa ideias semelhantes em relação à atuação do revisor. Em Pinto, por exemplo, encontra, como atribuições do preparador, a correção ortográfica e sintática, mas também o domínio de questões discursivas e de gênero, enquanto ao revisor é reservada a tarefa de verificar o texto após a diagramação, preocupando-se com erros tipográficos e instruindo sua correção. Em Brito, depara-se com um revisor “praticante cego da norma” (p. 44), com tarefas muito mais voltadas a adequar o texto a um padrão oficial de língua do que a ajudar o autor a dizer o que quer, da melhor maneira possível, contribuindo na produção de sentidos.

Ribeiro (2106) destaca termos como vigilante, caçador de erros, normativista, controlador e pouco flexível para caracterizar a percepção de autores que reforçam o imaginário do revisor “corretor” e que atribuem ao preparador ou ao editor de textos um papel mais amplo e de maior responsabilidade sobre o conteúdo. A este (o preparador) caberiam intervenções para garantir lógica, fluência, legibilidade, entendimento, o que incluiria até mesmo “reescrever e retrabalhar” um original. (RIBEIRO, 2016).

A distinção entre revisor, copidesque e editor parece existir de maneira mais formalizada do que prática, visto ser possível, e até comum, que apenas um profissional fique responsável pelo “tratamento” do texto a ser publicado, seja em editoras e casas especializadas na produção editorial, seja em campos menos oficiais, como a revisão de textos acadêmicos realizada por profissionais autônomos, que constitui o foco desta dissertação. De acordo com Muniz Jr. (2018, p. 31),

não há como designar esse conjunto de práticas como uma profissão ou uma função específica. Seria mais adequado, em vez disso, descrevê-la como uma *atividade* que está presente em diversos níveis da produção simbólica e que adquire contornos únicos de acordo com o contexto espaçotemporal, o coletivo de trabalho, o tipo de material produzido, etc.

Abrimos um parêntesis para salientar que não nos importamos, para fins deste trabalho, em adotar uma nomenclatura para distinguir atribuições dos profissionais que atuam no tratamento de textos, pela própria imprecisão dos termos. Aqui, nos referimos a esse profissional como revisor, em consonância ao discurso dos autores que analisamos. Todavia, a referência que fazemos a essas distinções de papéis será relevante no momento de estabelecer um diálogo entre os sentidos observados a partir de nossas análises e as teorias do campo editorial.

Nas duas últimas décadas, a ciência vem estudando de forma mais sistemática a profissão de revisor, trabalhando mais firmemente para tornar o ofício digno de sua relevância, no mundo editorial e fora dele. E nesses estudos sobressai uma perspectiva, de certa forma, inovadora, na medida em que analisa o papel do revisor para além da correção gramatical e normativa, indo na direção da intervenção discursiva e da mediação no processo de escrita e produção de sentidos. A atividade de intervenção textual é aqui

entendida como a ação de um ou mais sujeitos sobre um texto que foi escrito por outro(s) sujeito(s), com o objetivo de prepará-lo para circular socialmente. (MUNIZ JR., 2009).

Assim, esse revisor que é sujeito das pesquisas contemporâneas é entendido como um leitor profissional que dará tratamento ao texto, tendo a responsabilidade de interferir nas formas de dizer e de amadurecer a escrita, tornando-a mais adequada à divulgação. Em última instância, e sob esse viés, caberia ao revisor a missão de ajudar o autor a levar sua pesquisa a público. (SALGADO, 2017; MUNIZ JR., 2018; RIBEIRO, 2016).

Na teoria dos ritos genéticos editoriais defendida por Salgado (2017), o tratamento de textos para publicação é desenvolvido dentro de uma cadeia criativa em que várias mãos trabalham para dar corpo a uma versão final. O revisor, na perspectiva da autora, é um participante ativo desse processo de construção compartilhada, jogando seu olhar e seus movimentos sobre o texto e atuando, portanto, como um coescriba.

Pensa-se, desse modo, na condição dinâmica de um texto, na relação de alteridade que se estabelece entre o autor e os coenunciadores que participam dos movimentos de tessitura: “[...] vemos que os sentidos se produzem não nesta ou naquela manobra, na substituição de uma palavra ou numa nova pontuação, mas no conjunto desses movimentos [...]” (SALGADO, 2017, p. 22).

Coelho Neto (2013) também advoga em favor de uma interferência mais ampla do revisor, que transcenderia os limites normativos e abarcaria um conjunto de movimentos, tal qual defende Salgado, alcançando até mesmo o conteúdo do texto. Ele ressalta a incapacidade de um autor em perceber determinados problemas em seu próprio texto, como repetições e conceitos inadequados, dado o convívio diário e exaustivo que ele tem com sua produção, tornando o olhar do revisor imprescindível, sobre qualquer trabalho de criação textual. “É na revisão textual consciente, detalhista, competente, que o conteúdo vai ser aprimorado, no que diz respeito à coesão e à coerência, aos erros ortográficos, aos erros conceituais, enfim, aos deslizes praticados pelo autor.” (COELHO NETO, 2013, p. 58).

Experiência e vivência seriam características fundamentais ao revisor, que dessa forma teria condições de evitar “catástrofes”, como substantiva

Coelho Neto as inadequações e os problemas textuais a serem solucionados pelo revisor. “Em resumo, a vivência profissional do revisor poderá influir tanto na forma quanto no conteúdo da publicação. É o revisor capacitado e experiente indo além da revisão, passando pela chamada preparação de originais.” (COELHO NETO, 2013, p. 58).

Na discussão de Coelho Neto (2013) sobressai uma preocupação com condições por vezes adversas em que se dá o processo de revisão – alteração dos prazos de entrega, por exemplo –, as quais podem intervir na qualidade do trabalho do revisor. Aos prazos exíguos acrescentamos o recebimento do texto em fragmentos, pelo revisor, ao invés de completo e finalizado, o que a nosso ver compromete uma atuação mais globalizada da revisão. Como veremos mais adiante, o procedimento de entregar ao revisor o texto em partes, à medida que a escrita vai sendo finalizada, mostrou-se comum entre os clientes-autores cujos discursos aqui analisamos.

Nessa perspectiva duplamente discursiva da revisão, ou seja, que considera a atuação do revisor inserida na teia discursiva da produção editorial e interferindo, com suas intervenções, sobre o discurso do autor – no intuito de ajudá-lo a dizer o que deseja, da melhor maneira possível –, estudiosos têm pesquisado também sobre as competências que esse profissional precisa desenvolver.

Partindo da percepção de que o trabalho do revisor parece carregar, desde sempre, e para o próprio revisor, um estigma que possui pouca ou nenhuma relação com as habilidades linguísticas – o de mero prescritor da norma-padrão, a despeito de toda ação pedagógica que ele possa desempenhar sobre o texto do outro –, Ribeiro (2016) propõe que se pesquise sobre suas funções. Aponta ela: “[...] é absolutamente necessário investigar quais competências esse profissional precisa desenvolver, ao longo de sua trajetória universitária, para compreender sua atuação real e sua inserção no mundo da produção editorial, seja ela gráfica ou digital” (p. 16).

A respeito da atuação do revisor, a autora relembra os tipos de intervenções que caberiam a esse profissional e que foram propostos por Serafini e Ruiz.

Para Serafini (1989), as correções seriam de tipo resolutivo (quando o revisor resolve os problemas encontrados no texto), indicativo (o revisor apenas marca os problemas) e classificatório (o revisor utiliza metalinguagem para indicar os problemas). Ruiz (2001) amplia essas categorias, propondo a revisão interativa, quando o revisor dialoga com o autor, dando sugestões e discutindo aspectos do texto. Segundo as autoras, o último tipo de correção subsidia muito mais a construção da autoria e a aprendizagem da escrita. (RIBEIRO, 2016, p. 6).¹

Rodrigues (2010) ressalta a importância de se considerar o funcionamento dos textos, nos níveis lexical, semântico e discursivo, para uma boa formação em revisão de textos. A autora tem um artigo em que aborda especificamente os *saberes necessários à prática de revisão de textos* (RODRIGUES, 2018). Nele, ressalta que, para revisar, é necessário entender não apenas sobre linguagens, mas sobre como intervir nos textos. Por isso, o revisor precisa desenvolver, em sua formação, capacidades de linguagem para trabalhar no dia a dia da profissão, intervindo por meio de uma comunicação adequada com o autor.

Quais seriam essas capacidades de linguagem, na hipótese de Rodrigues? A autora baseia-se em Dolz e Schneuwly para propor que o revisor precisa ter: capacidades de ação, o que lhe possibilitaria fazer representações do contexto físico (quem revisa, para quem, como e onde), do contexto sócio-subjetivo (o quadro social de circulação do texto e o papel social de quem recebe o texto revisado) e dos objetivos da intervenção; capacidades discursivas, ou seja, escolhas que ele deve fazer relacionadas à forma de interação com o autor; e capacidades linguístico-discursivas, que lhe permitam operar morfologicamente e sintaticamente nos textos, de uma perspectiva discursiva. (RODRIGUES, 2018, p. 51).

Dentro das capacidades linguístico-discursivas do revisor estariam, conforme indica a autora, a realização de operações de textualização (conexão, coesão), modalização das vozes enunciativas (presentes no texto e na interlocução com o autor) e escolhas lexicais.

Sobral e Barbosa (2019) deixam claro, em artigo que desenvolvem sobre tipos de revisão textual, que um revisor não revisa textos, e sim discursos.

¹ Embora a proposta de Serafini e Ruiz para os tipos de intervenção se refira ao contexto escolar de correção de redações, entendemos que o trabalho do revisor profissional é consonante ao tipo resolutivo de revisão tratado pelas autoras.

Explicando sua abordagem, os autores afirmam que o revisor, quando se ocupa de um texto, está se ocupando do discurso de um dado autor, em enunciação específica naquele texto. Em resumo, a revisão textual, em qualquer modalidade (acadêmica, publicitária, literária, etc.), envolve um trabalho sobre um texto enunciado, que é parte de um gênero, com o qual o autor se envolve de maneira bastante específica, com vistas a um determinado interlocutor.

Isso faz do revisor um colaborador “vital” do autor, “uma voz presente no resultado final do texto desse autor, ainda que não necessariamente um nome autoral reconhecido” (SOBRAL; BARBOSA, 2019, p. 22).

Se o objeto de trabalho de que se encarrega o revisor é o discurso, e se o discurso se assenta no gênero, é preciso que o revisor conheça também os fatores que influenciam na produção desse gênero que se materializa no texto. Dessa forma, entendemos que o revisor precisa entender, tanto quanto o autor:

o ambiente, ou contexto, de uso do texto;
as pessoas, no sentido de papéis sociais, envolvidas;
os objetivos do texto;
os recursos possíveis da língua e a organização desses recursos pelos sujeitos envolvidos com a escrita par a realização de seu projeto enunciativo. (SOBRAL; BARBOSA, 2019, p. 24).

Por fim, Silva (2018) também discute atribuições do revisor que vão além do trabalho de “procurar erros” nos textos alheios, levantando a questão da impossibilidade de se obter uma resposta única para o que sejam as responsabilidades desse profissional.

3.1 O revisor de textos acadêmicos

Citando alguns estudos que começam a robustecer e a delinear o trabalho do revisor no contexto acadêmico, ressaltamos que Volkweis (2020) desenvolveu uma análise do papel desse profissional na universidade, buscando conhecer tanto as expectativas dos alunos em relação à revisão contratada quanto a natureza das intervenções executadas pelo revisor. Lançando seu olhar para a revisão pelo viés da escrita enunciativa, fundamentando-se nos conceitos de Émile Benveniste, a autora traçou como objetivo estabelecer uma comparação entre os serviços esperados pelo aluno e

os efetivamente entregues pelo revisor, tentando, com isso, desenhar um panorama da atuação desse profissional no enquadramento universitário.

Dessa forma, foi feita uma pesquisa qualitativo-interpretativa de inspiração etnográfica, centrada em alunos e revisores inseridos no campo da graduação, em que se analisaram as narrativas de quatro revisores e dois estudantes sobre suas experiências com escrita acadêmica e revisão, coletadas por meio de entrevistas não estruturadas.

Tentando desvendar, assim, a pergunta sobre o que esperam os alunos do trabalho do revisor, Volkweis (2020) nos mostra que, pela narrativa dos revisores, primeiramente: a) não há expectativas construídas pelos estudantes em relação ao trabalho do revisor, uma vez que os alunos “desconhecem” o serviço oferecido por esse profissional e, muitas vezes, procuram os serviços de revisão apenas para seguir recomendação do orientador; b) alguns alunos esperam que o revisor realize apenas uma adequação no texto em relação à norma-padrão da língua e às regras institucionais de apresentação; c) outros parecem demandar que o revisor solucione todos as questões do texto, independentemente da natureza do problema, deixando-o pronto para a entrega à banca.

Outra percepção explicitada nesse estudo é que, quando o prazo acordado entre revisor e autor para execução do trabalho é suficiente, o revisor busca estabelecer um diálogo com o autor e realiza intervenções que extrapolam as questões de forma, adentrando em problemas ligados à adequação ao gênero, ao foco no público-alvo, às exigências da banca e até a questões de compreensão de leitura e escrita, que deveriam ter sido resolvidas bem antes da entrada numa universidade.

Mais um dado da pesquisa mostra que o prazo parece interferir também na autonomia de trabalho do revisor. Quando o tempo entre a finalização da revisão e a entrega do trabalho à banca está curto, o autor demonstra confiar no trabalho do revisor e, em geral, não executa a conferência das alterações realizadas e ressaltadas pela ferramenta de revisão do word, com a qual os revisores executam seu trabalho. Esse resultado pode ser indicativo de uma relação de confiança que se estabelece entre autor e revisor ao longo do processo de revisão, o que também tentaremos demonstrar neste estudo.

No que se refere às expectativas em relação à revisão dos textos, a pesquisa aponta que do revisor se espera um trabalho que vai além do de um “policia da língua”, intervindo e contribuindo para dar sentido ao texto.

Sintetizando, portanto, Volkweis assume que:

Os revisores desempenham um trabalho que é multidisciplinar. Além de corrigir o texto e colaborar com questões gráficas e estatísticas, eles auxiliam os alunos a compreender não apenas os gêneros acadêmicos e as normas que regem os trabalhos na universidade, mas também as expectativas dos professores em relação às tarefas solicitadas. Dotado de um caráter pedagógico e humano, o revisor de textos acadêmicos tem um estatuto que difere do até então óbvio; ele é, sim, um revisor que preza pela forma, mas ele é também um leitor incomum, um interlocutor interessado e um mediador de letramento. O revisor, assim investido, em uma relação intersubjetiva, por meio do diálogo, seja este escrito ou falado, ajuda a encontrar as respostas para as perguntas que motivam a pesquisa acadêmica, perguntas essas que dizem das nossas próprias vidas. (VOLKWEIS, 2020, p. 121).

Destacamos que o trabalho que aqui propomos caminha passo a passo com o de Volkweis no que se refere a estudar o papel do revisor na academia. Difere, entretanto, ao situar sua análise sobre a fala de autores da pós-graduação, na intenção de ampliar e aprofundar a pesquisa sobre o trabalho do revisor na vastidão de sujeitos e significados do campo acadêmico.

Gomide e Gomide Filho (2015) também tecem considerações sobre a revisão profissional de textos acadêmicos, em artigo publicado na revista *Scripta*. Os autores procuraram sistematizar as habilidades que são necessárias para a revisão de textos acadêmicos, analisando os modos de intervenção do revisor, inclusive no que concerne à formatação técnica das produções científicas. Para tanto, analisaram a atuação de quatro revisores profissionais – todos formados em Letras e com experiência no mercado de revisão – sobre um mesmo texto, que apresentava problemas de diversas ordens. Buscou-se responder a qual seria a abrangência do trabalho do revisor, se apenas pontual ou se mais globalizada, a como se daria o diálogo com o autor e a como o revisor procederia em relação à normalização do trabalho.

Os autores perceberam que todos os revisores propuseram mudanças significativas no texto, alguns com reformulação completa de trechos. Tais alterações, no entanto, embora tenham sido efetivamente executadas (utilizando-se a ferramenta de revisão do word que permite o controle de

alterações), e não apenas sugeridas, foram comentadas com os autores, seja para explicar o que havia sido feito, seja para evidenciar dúvidas do próprio revisor.

A pesquisa de Gomide e Gomide Filho nos dá uma boa referência sobre o trabalho do revisor. A título de diferenciação, entretanto, ressaltamos que sua discussão se baseou numa análise focada no produto da revisão, enquanto esta pesquisa se propôs a debruçar sobre o processo de interlocução entre autor e revisor, buscando respostas pelo ponto de vista da recepção, ou seja, do entendimento da perspectiva do cliente final do serviço de revisão.

Num trabalho de outra ordem, mas que também perpassa o papel do revisor de textos, entrando na instância dos imaginários, Debbie Noble (2016) discute os dizeres sobre o revisor pela ótica da Análise do Discurso, em sua dissertação intitulada *Quem mexeu no meu texto? Língua, poder e autoria nos dizeres sobre o revisor de textos da publicidade*.

Ainda que na esfera publicitária, e tendo como corpus experimental entrevistas com sujeitos envolvidos na etapa de revisão – distinguindo-se, portanto, de nosso estudo –, a autora analisa marcas dos dizeres que dão pistas sobre o lugar ocupado pelo revisor e jogam luz sobre a memória discursiva, ou seja, os pré-construídos a respeito da profissão.

Assim, o revisor é descrito como profissional com pleno domínio da gramática, reforçando a ideia de “policia da norma”; mas também é referido como sujeito que precisa ter outros saberes, que extrapolam as regras da norma-padrão, como visão crítica do todo e leitura não verbal.

É tido ainda como parceiro na cadeia de criação publicitária, apesar de ser visto como sujeito que está fora do processo autoral. Interessa-nos particularmente nessa pesquisa a visão que ela alcança sobre os saberes e os limites do revisor. Embora seja considerado sujeito que pode fazer parte do processo de criação e que deve ter conhecimentos além da gramática, ele não está, explícita ou implicitamente, “autorizado” a modificar o sentido ou adequar a linguagem à situação comunicativa. Vemos aqui uma nítida distinção em relação ao que acreditamos estar no imaginário do autor acadêmico, naquilo que nos propomos a analisar nesta dissertação: se ao revisor é concedida a autonomia para intervir mais amplamente no texto, incluindo alterações no sentido, se necessárias para ajudar o autor na construção de seu discurso.

[...] fui em busca desses dizeres sobre o trabalho do revisor em agências de publicidade, espaço em que muito mais fortemente se dá a abertura da língua, e conseqüentemente, da revisão, se comparado a uma editora, por exemplo. No entanto, nesse lugar, nesse espaço tão aberto às novidades, tão envolto por criatividade, me deparei com um tabu: *ainda não se sabe o que dizer sobre o trabalho do revisor. Ainda se tateia em defini-lo, e talvez por isso, os limites de seu trabalho, que aparentam ser poucos, são, no desfazer das evidências, muitos.* (NOBLE, 2016, p. 96, grifo nosso).

Para além dos limites que perfazem o trabalho do revisor, Lemos (2017) investigou a interação entre revisor e autor de textos acadêmicos, especificamente de tese de doutorado, com o intuito de descobrir se os procedimentos e as intervenções realizadas pelo profissional poderiam interferir no sentido do texto (comprometendo-o ou ampliando-o). A autora analisou o processo de revisão de duas teses, a partir de comentários, sugestões e questionamentos do revisor, feitas em balões interativos à margem dos textos, bem como a versão finalizada, após os ajustes, a fim de verificar a atitude do autor em resposta às propostas do revisor.

Lemos concluiu que “procedimentos e intervenções realizados pelos revisores estão fortemente relacionados ao sentido, [...], porém não promovem alterações de sentido, uma vez que eles atuam muito mais sobre a linguagem empregada do que sobre o conteúdo abordado nas teses” (LEMONS, 2017, p. 200). Percebemos (e questionamos) nas conclusões dessa autora uma dissociação na concepção de forma e conteúdo, o que difere da abordagem aqui adotada, pelo viés da Análise de Discurso. Vimos, no capítulo anterior, que a Análise de Discurso se distingue da linguística formalista ao propor a não separação entre forma e conteúdo, trabalhando, para isso, com a ideia de forma material (linguística e histórica), na qual o conteúdo se inscreve.

Longe de esgotar o tema da revisão de textos acadêmicos, todas essas pesquisas (e outras que não citamos) abrem possibilidades e nos instigam a expandir os horizontes investigativos nesse campo.

As noções que abordamos integram o interdiscurso e compõem a memória discursiva sobre a revisão de textos e a profissão de revisor. Pensando em quem é o sujeito de nossa pesquisa e no meio social em que se insere, discutiremos a seguir noções de autoria e de escrita acadêmica.

3.2 O autor de textos acadêmicos

Quem é o sujeito que escreve um texto acadêmico? De que posição ele fala? Quando nos referimos ao autor acadêmico (empírico) em análise nesta pesquisa, dizemos do sujeito que está inserido no contexto universitário, na condição de pesquisador, seja ele professor de pós-graduação *stricto sensu*, estudante de mestrado, doutorado ou pós-doutorado. Assim, trata-se de um autor que produz seu discurso por meio da escrita.

Quando esse autor escreve seu artigo, sua tese, sua dissertação, é afetado por certos sentidos (e não por outros), da ordem de um interdiscurso, que ele não domina ou mesmo tem consciência, “ficando ao sabor da ideologia e do inconsciente” (ORLANDI, 2005, p. 34).

Orlandi (2001) aborda a noção de autoria como um gesto de interpretação. Resumidamente, os fatos reclamam sentidos ao homem, ser simbólico que é, que se inscreve em uma memória para produzir gestos de interpretação e, com isso, significar. Desse modo, para a autora, “na função-autor o sujeito (...) é responsável por uma formulação que faz sentido. O modo como faz isso é que caracteriza sua autoria”. (p. 97). Para Orlandi, portanto, não basta falar para ser autor. Ser autor significa assumir uma posição no contexto histórico-social, colocando em cena um imaginário que dá unidade à dispersão do real do discurso.

Desse modo, pensando na interpretação do sujeito que “fala” – no caso em estudo, do autor acadêmico –, ela se dá a partir da memória, sob o aspecto institucional (a memória de arquivo) e sob o aspecto do interdiscurso (o repetível, dizível, já dito antes). Enquanto no primeiro a repetição congela, no segundo ela é a possibilidade de que o sentido seja outro, num trabalho entre paráfrase e polissemia.

Agustini e Grigoletto (2008), apoiadas em Orlandi, propõem que a escrita é uma forma de relação social a partir da qual o sujeito busca construir sua identidade, sendo, assim, “produtora de um lugar de sujeito/autor” (p. 147).

Ainda na concepção dessas autoras, que têm como suporte teórico a Análise de Discurso de linha francesa, ao escrever, o sujeito lança mão de uma memória discursiva e de relações de identificação com o outro, “num constante movimento entre a singularidade e a alteridade” (AGUSTINI; GRIGOLETTO,

2008, p. 146). Ele se inscreve na ordem do já dito, mas ressignifica o sentido estabilizado, dentro da mesma dinâmica explicada aqui anteriormente, em que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Emerge desse processo e presentifica-se em seu discurso, dessa forma, o efeito-sujeito, “ligado aos efeitos de responsabilidade, de evidência e de autonomia do autor” (AGUSTINI; GRIGOLETTO, p. 148). Procede daí a compreensão da autoria pelo aspecto da originalidade, em que o autor transgride uma ordem instituída para tornar-se singular pela escrita.

É importante destacar que o autor de textos acadêmicos, assim como qualquer sujeito do discurso, ao singularizar-se na escrita, investe-se da ilusão de ser a origem de seu dizer. No ambiente escolar, especificamente, Agustini e Grigoletto (2008) alertam que há particularidades na relação de cada um com a escrita, e que é nessas individualidades que os sujeitos se subjetivam. As autoras observam, assim, certo processo de homogeneização das práticas escolares, vendo nele uma causa de resistência que pode tanto originar uma autoria por transgressão quanto inibir o processo de escrita.

Outro aspecto da escrita também retomado por Agustini e Grigoletto (2008) refere-se à demanda social pela textualização a que um autor está submetido. Em outras palavras, trata-se da regulação da escrita por mecanismos de controle como os efeitos de unidade, coerência, coesão, entre outros, impostos ao autor como condição para inserção social.

No contexto da escrita virtual, as autoras ressaltam uma “aparente liberdade de escrita”, em que a submissão à textualização também está presente, porém em outra ordem. Nesse caso:

Uma textualização na qual a costura se estabelece, ao contrário do texto escolar, ou dos diferentes gêneros que circulam cotidianamente na nossa sociedade, pelos nós, pelas lacunas, pelas interrupções, pelas contradições, pelas ausências que remetem a outros textos, a imagens, a sites, a outros leitores e a outros autores, em que o efeito que se produz não é do fecho, mas o de dispersão, de incompletude, de provisoriedade. (AGUSTINI; GRIGOLETTO, 2008, p. 151).

Também fundamentada na Análise do Discurso francesa, Salgado (2017) faz uma abordagem material da autoria, analisando as relações entre o sujeito e os objetos por ele produzidos e ressaltando o papel dessas criações enquanto determinantes da subjetividade: “[...], trata-se de abordar as relações

entre sujeitos levando em conta que não há produção de quaisquer objetos senão a partir do estabelecimento de valores construídos intersubjetivamente” (SALGADO, 2017, p. 119).

A partir de sua teoria sobre os ritos genéticos editoriais, já abordada anteriormente neste trabalho, Salgado (2017) entende a autoria imbricada em uma cadeia produtiva, composta por profissionais que dão tratamento ao texto a fim de transformar os originais do autor em objeto de valor autoral. Numa análise que desenvolve de um trecho da página de agradecimentos escrita pelo autor de uma determinada obra, ela aponta traços que nos permitem entender sua concepção sobre o processo de autoria e a identidade do autor, mostrando que: “[...] ser um escritor experimentado não permite crer garantida a clareza do que escreve; antes, tem a ver com buscar essa clareza, que é mais fortemente balizada quando um outro lhe diz o que lê em seu texto” (SALGADO, 2017, p. 122). Diz ainda: “Toda leitura explicitada é uma forma de levar o autor a olhar com outros olhos o que escreveu, e é olhar com esses outros olhos que permite calibrar o texto” (SALGADO, p. 123).

Embora o texto do autor acadêmico não esteja, pelo menos em um primeiro momento, diretamente inserido nessa cadeia de produção editorial tal como se ocupa Salgado na análise mencionada, suas considerações são pertinentes aos propósitos deste trabalho. Elas nos permitem perceber o autor, para além de um nome que responde juridicamente por uma publicação, como “trabalhador na lida com a linguagem, filiando-se, debatendo-se, amarrando-se com seus dizeres à teia interdiscursiva que é o mundo humano” (SALGADO, 2017, p. 124). Aponta, dessa maneira, a relevância do papel do “outro” no processo de autoria. Interessa-nos especialmente, na teoria de Salgado, o entrelaçamento entre o autor acadêmico e o revisor, posto, por essa ótica, como o “outro”, leitor profissional, que indica as trilhas e mostra ao autor (*seu cliente*) o que lhe pareceu estar escrito em sua obra.

Apoiados em Pêcheux, Salgado e Muniz Jr. (2011, p. 89) nos lembram que as identidades sociais são “firmadas historicamente e manifestadas em práticas que se reiteram, procurando legitimar-se [...]”. Eis aqui motivação que nos incita a implementar este estudo e embrenhar nas formações imaginárias do autor acadêmico em relação à revisão: legitimação da profissão de revisor.

Assim, voltando ao sujeito desta pesquisa, recorreremos mais uma vez a Orlandi para afirmar que seu dizer tem um “peso” ideológico, pois a fala desse sujeito materializa sua inscrição em uma formação discursiva, constituindo uma posição – a posição de autor acadêmico.

Lembrando, com Pêcheux (1997), que as palavras mudam de sentido conforme a posição ou a formação ideológica na qual o sujeito que as emprega está inserido, e que na formação ideológica em que se inscrevem o revisor e o autor acadêmico há uma determinação daquilo que pode e deve ser dito (formação discursiva), abordaremos adiante aspectos da escrita acadêmica como mais um constituinte dos sentidos que circulam no discurso do autor acadêmico em relação ao revisor.

3.3 A escrita acadêmica

A escrita universitária e os elementos do discurso acadêmico-científico já foram tema de muitos estudos, inclusive no Brasil, e suas características são determinantes para que se compreenda a posição do sujeito autor acadêmico no discurso que ele estabelece com o revisor de textos e que está em análise nesta pesquisa. Ela constitui a memória discursiva do autor e aparece em seu discurso na forma de pré-construídos, pontuando as intervenções que o revisor deve fazer em um texto acadêmico.

Um aspecto comum que perpassa a pesquisa sobre a escrita universitária diz respeito aos desafios do letramento acadêmico, em função tanto das especificidades linguísticas, textuais e discursivas do texto quanto de seu caráter de veículo de produção de conhecimento. Assis (2014) nos mostra que as dificuldades em escrever demonstradas pelos estudantes se estendem não só em nível de graduação, mas, muitas vezes, de pós-graduação, incluindo alunos de mestrado e doutorado.

Corroborando essas dificuldades, Vieira e Faraco (2019) revelam que a falta de domínio da escrita em alunos universitários advém, não raro, de uma lacuna no aprendizado da escrita geral trazida desde o ensino básico. Sendo assim, Assis (2014) reforça a importância da didatização do discurso acadêmico-científico, colocando como um dos fatores motivadores a

heterogeneidade da população discente na universidade em relação, entre outros aspectos, à trajetória escolar.

A questão das dificuldades relacionadas ao letramento acadêmico nos parece fundamental para situar a importância do trabalho do revisor nesse nicho da produção editorial. Mais do que isso, na perspectiva teórica que abraçamos neste trabalho, acreditamos que ela seja definidora de certas regularidades que se estabelecem no discurso entre autor e revisor, determinando o que se pode e deve dizer nessa formação discursiva, ou seja, nas posições de autor e de revisor na conjuntura dessa interlocução (PÊCHEUX, 1997).

Gomide e Gomide Filho (2015) lembram que, em se tratando de textos acadêmico-científicos, na maioria das vezes é exigido do revisor um trabalho de intervenção maior, “reformulando trechos, excluindo outros, com o objetivo de que o texto se torne adequado ao que preveem as práticas discursivas usualmente privilegiadas na academia” (p. 343). A imposição de uma regulamentação à profissão não escapa também a esses autores, que reforçam as bases informais sobre as quais a relação de trabalho entre o autor da área universitária e o revisor normalmente se estabelece.

Nos casos em que prevalece essa negociação direta entre autor e revisor, os graus de intervenção no texto apresentam grande variação: há clientes que, já de início, concedem ao revisor liberdade irrestrita; há clientes que privilegiam procedimentos de revisão relacionados a uma leitura crítica, voltada para a coerência teórico-metodológica do texto; e há outros, ainda, que solicitam sinalizações de toda e qualquer alteração feita no texto para sua posterior verificação e aceitação (GOMIDE; GOMIDE FILHO, 2015, p. 341).

E o que dizer de um texto produzido no domínio discursivo da academia? Quando nos referimos a resenhas, resumos acadêmicos, artigos científicos, dissertações, teses, relatórios e fichamentos, monografias e projetos de pesquisa – para citar, com Vieira e Faraco (2019), os principais gêneros do domínio acadêmico – estamos falando de textos escritos formais que “circulam intensamente nos espaços universitários, moldando as práticas de linguagem da comunidade, sobretudo dos alunos e professores” (VIEIRA; FARACO, 2019, p. 90).

Pensando nas particularidades desses gêneros sobre os quais os estudantes devem ter conhecimento, transpomos para o revisor a necessidade

de que também compreenda os meandros dos textos do meio universitário, o que é fundamental para que se insira nas práticas de linguagem próprias desse domínio discursivo.

Conforme Vieira e Faraco (2019), a diversidade de situações, ou seja, de objetivos e propósitos, demanda práticas distintas de escrita no meio acadêmico, exigindo múltiplas competências do autor (e do revisor). “[...] nossa inserção no espaço acadêmico, sujeita a determinadas regras de interação e juízo de valor, só será possível a partir da apropriação adequada desse conjunto de gêneros, ou de boa parte deles” (p. 95).

É sugestivo ainda do que um autor acadêmico pode esperar de uma revisão textual (e que está marcado no processo discursivo que estabelece com o revisor) a pressão exercida pelas políticas de financiamento de bolsas no sistema universitário brasileiro sobre alunos, professores e pesquisadores para escrever e, principalmente, publicar. A questão é levantada por Motta-Roth e Hendges (2019) ao afirmar que a medida da produtividade intelectual por meio da quantidade de publicação tem levado autores acadêmicos a um esforço concentrado na produção de textos de qualidade para publicação como meio de garantir espaço profissional.

Veremos, em nossa análise, de que forma esse esforço para produzir textos de qualidade aparece marcado no discurso do autor a partir das dúvidas e das demandas que ele apresenta ao revisor. Partimos, agora, no capítulo seguinte, para a descrição do nosso objeto de estudo, das condições em que foi produzido e da maneira como construímos o corpus de análise.

4 METODOLOGIA

4.1 Das condições de produção do corpus

Entendendo o jogo de imagens (ORLANDI, 2005) posto em ação na interlocução entre revisor e autor, conforme abordado no capítulo anterior, reafirmamos que nos interessa, neste estudo, compreender as posições-sujeito do autor acadêmico e do revisor, ou seja, a imagem que o autor atribui a si quando fala ao revisor, a imagem que ele tem do próprio revisor e, ainda, a imagem do objeto discursivo em questão – o assunto do qual ele fala e sobre o qual o revisor responde. Esse é o cerne em que estará focada nossa análise, sem negligenciar, entretanto, outros conceitos da teoria da Análise de Discurso que tangenciam e são importantes para esta pesquisa.

Assim, faz-se necessário agora descrever o objeto de conhecimento sobre o qual nossa análise se debruçará, o discurso do autor acadêmico-científico. Os discursos analisados nesta dissertação estão materializados nas conversas estabelecidas entre o revisor de textos profissional e o autor contratante do serviço de revisão, por meio de WhatsApp e e-mail ou de comentários feitos à margem dos trabalhos revisados, durante o processo de execução da revisão, por meio da ferramenta de revisão do editor de textos Word.

Frisamos que, embora tenhamos trabalhado com espaços de circulação distintos – WhatsApp, e-mail e comentários escritos no próprio texto –, não nos ocupamos, nesta pesquisa, em estudar diferenciações que venham a ser determinadas por esses suportes sobre os processos discursivos em análise. Acreditamos, porém, que esse possa ser um tema relevante para trabalhos futuros: o processo discursivo nesses espaços enunciativos, com suas condições próprias de funcionamento na relação entre cliente e revisor, teria especificidades? Responder a essa pergunta significaria considerar nos estudos discursivos a materialidade técnica do gesto linguageiro, ou seja, pensar ideologicamente a tecnologia digital que sustenta os processos discursivos. É algo a ser investigado.

Todos os autores analisados, que aqui chamaremos de clientes, encaixam-se nas categorias de pós-doutores, doutores, mestres, doutorandos

ou mestrandos, inseridos em programas de instituições acadêmicas, que escreveram teses, dissertações ou artigos para submissão a periódicos científicos e possível publicação. A fim de garantir que este estudo nos trouxesse uma visão atual de imaginários produzidos no discurso de autores acadêmicos, restringimos a análise a trabalhos revisados nos últimos dez anos, ou seja, de 2011 a 2021.

Tomando emprestado de Sobral e Barbosa (2019) as denominações para os tipos gerais de revisão textual, destacamos que os revisores que participam como sujeitos desta pesquisa se enquadram na categoria “revisão profissional estrita”, tratando-se do revisor propriamente dito, que atua revisando textos, entre outras instâncias, de autores acadêmicos, geralmente de forma autônoma, ou seja, como freelancer. Toma-se esse tipo de revisão em uma perspectiva enunciativa de linguagem, ou seja, considerando a linguagem a partir da enunciação, e da troca de dizeres e construção de sentidos entre múltiplos indivíduos que são inerentes a ela.

Courtine (2016) orienta para a formação de um corpus discursivo da seguinte forma: selecionam-se sequências discursivas, que são “manifestação da realização de um intradiscurso” (p. 25), relacionando-as a determinados sujeito e situação enunciativa, para mostrar como tais sujeito e circunstâncias referenciam lugares ideológicos em uma conjuntura história. Sequências discursivas constituem, como conceitua Courtine, “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase”² (COURTINE, 1981, p. 25, tradução nossa).

O corpus discursivo, sobre o qual a análise incidirá, é, por sua vez, constituído a partir do olhar ou da relação do analista com um corpus empírico, do qual ele faz recortes para selecionar as sequências discursivas que irão compor o material de análise. (ORLANDI, 2005).

Assim, para este trabalho, selecionamos sequências discursivas do seguinte corpus empírico: o discurso de clientes de dois revisores. O primeiro, que chamaremos, para fins deste estudo, de Revisora A, é a própria pesquisadora, autora desta dissertação, formada em Jornalismo, com pós-graduação lato sensu em Revisão de Textos pelo Instituto de Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas),

² “séquences orales ou écrites de dimension supérieure à la phrase”.

prestadora de serviços autônomos de revisão textual para editoras, empresas de comunicação e autores acadêmicos, tendo nessa profissão sua principal atividade produtiva. O segundo, doravante denominado Revisora B, é uma profissional também graduada em Jornalismo, pós-graduada em Revisão de Textos pela mesma instituição da Revisora A, atuando, no momento da escrita deste trabalho, como revisora contratada em uma entidade privada e, concomitantemente, como freelancer na prestação de serviços profissionais de revisão textual a clientes, entre outros, do campo acadêmico.

Abrimos parênteses para ressaltar que, inicialmente, a ideia era formar o corpus discursivo a partir de serviços realizados apenas pela autora desta dissertação, acreditando já haver sobre aquele material um trabalho prévio de observação, construído ao longo dos anos de atuação sobre tais textos. Entretanto, no decorrer da escrita do projeto, decidimos incluir nas análises o discurso de um autor acadêmico cujo texto tivesse sido revisado por outro revisor, que não a pesquisadora, ampliando dessa forma a diversidade de vozes submetidas ao estudo.

Passando à descrição dos clientes (autores) cujos discursos foram analisados, ressaltamos que foram selecionadas sequências discursivas de seis pesquisadores, todos inseridos em programas de pós-graduação, sendo assim identificados para fins da análise:

- Cliente 1 – revisora B (C1RB): mestrando(a) em instituição de ensino de pós-graduação que procurou a Revisora B, por indicação de uma professora, a fim de contratá-la especificamente para a prestação do serviço de revisão de sua dissertação.
- Cliente 1 – revisora A (C1RA): pós-doutor(a), professor titular em uma universidade federal, bolsista/pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Conheceu a revisora A a partir de um cartão de visitas, passando a contratá-la para revisão de seus trabalhos, entre os quais: memorial, projeto de pesquisa para solicitação de bolsa de produtividade ao CNPq, artigos científicos para publicação em periódicos.

- Cliente 2 – revisora A (C2RA): doutorando(a) em instituição de ensino; contratou a revisora A para revisão de sua tese, por indicação de seu orientador.
- Cliente 3 – revisora A (C3RA): mestrando(a) em instituição de ensino de pós-graduação; contratou a revisora A para revisão de sua dissertação, por indicação de seu orientador.
- Cliente 4 – revisora A (C4RA): doutor(a), professor em uma universidade privada, conheceu a revisora A a partir de mala direta enviada por e-mail, passando a contratá-la para a revisão de artigos para publicação em periódicos científicos.
- Cliente 5 – revisora A (C5RA): doutorando(a) em uma universidade federal, contratou a revisora A para revisão de sua tese, por indicação de seu orientador.

O recorte do corpus discursivo partiu de hipóteses que fomos construindo, com base nas pistas que os clientes nos forneciam em suas conversas com o revisor. Entendemos com Orlandi (2005) que o trabalho do analista é de natureza especulativa e interpretativa, chegando a uma possibilidade de compreensão do discurso a partir de um gesto de análise, dentro da perspectiva da AD. Lembrando que as palavras não carregam sentidos pré-determinados, estando esses sentidos determinados historicamente, ressaltamos novamente que o discurso é um processo social cuja materialidade é linguística, e que no espaço entre o interdiscurso, que determina a constituição dos sentidos, e o intradiscurso, que formula esses sentidos, intervém o imaginário e a ideologia. Como conceitua Orlandi (2001), a interpretação, então, é uma injunção. “Face a qualquer objeto simbólico, o sujeito se encontra na necessidade de ‘dar’ sentido” (p. 64).

Dito isso, a interpretação do analista deve tentar compreender o movimento de interpretação do próprio sujeito do discurso – aqui, o autor acadêmico –, expondo seus efeitos de sentido, buscando apreender a relação entre imaginário e ideologia em sua construção discursiva. Os sentidos ficam condicionados ao seu gesto de interpretação (gesto entendido como ato no

nível do simbólico que, enquanto tal, intervém no real do sentido). (ORLANDI, 2001).

Nossa posição de analista é, dessa forma, uma posição deslocada (e não neutra, visto que estamos sempre afetados pela interpretação e que nosso dispositivo marca uma posição em relação a outras), que nos permite contemplar o movimento de interpretação do sujeito e tornar visíveis as relações entre sentidos. (ORLANDI, 2001).

Ainda explicando o que constitui tal interpretação metodológica (a interpretação do analista), Orlandi propõe, como analista de discurso:

[...] mostrar a relação da posição do analista com os gestos de interpretação do sujeito. Isto é, descrever 'montagens discursivas', detectando os 'momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados. (ORLANDI, 2001, p. 87).

Desse modo, em nosso gesto de interpretação, buscamos colocar o dito em relação ao não dito e escutar, no que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, embora também constitua os sentidos de suas palavras (ORLANDI, 2001, 2005).

Uma vez que nossa investigação não priorizava a identidade dos participantes, mas sim a posição-sujeito dos clientes (autores de textos científico-acadêmicos que enviam seus trabalhos para revisão) no processo de construção de sentidos nos discursos (Pêcheux, 1997[1975]), foi mantido o anonimato dos autores que tiveram seus discursos analisados.

Da mesma forma, dispensou-se esta investigação do processo de aprovação pelo Comitê de Ética, dado ter sido a pesquisa implementada sobre fontes documentais. Ainda assim, todos os autores cujos discursos foram analisados neste estudo assinaram um termo dando seu consentimento para que suas mensagens escritas pudessem ser usadas na análise (Anexo I).

A relação de trabalho estabelecida entre autores e revisores sujeitos desta pesquisa está assentada em alguns parâmetros. Quanto à remuneração do revisor, o serviço era cobrado tendo como base um preço fixo para cada unidade de lauda de 1500 caracteres com espaços. A contagem de caracteres era feita no programa Word. Assim, ao revisor era pago pelo autor, no

momento da contratação, 50% do valor total da revisão. O restante era quitado na entrega final do trabalho.

Além disso, durante a execução do serviço, mensagens de e-mails eram trocadas entre autor e revisor, seja para esclarecimento de dúvidas por parte do revisor em relação a algum aspecto específico do texto, seja para complemento de informações ou envio de partes faltantes do texto, pelo autor, que nem sempre consegue submeter o trabalho completamente finalizado e de uma só vez à revisão.

O prazo de entrega do serviço pelo revisor era calculado levando em consideração, além da agenda e da programação de trabalho do profissional, a demanda de cada autor. Cabe aqui ressaltar uma peculiaridade observada no momento de envio do texto, pelo autor, para início do processo de revisão. Ao invés de enviar ao revisor o texto completo, foi recorrente a prática de entregá-lo em partes, visto que era comum que o autor, em função de estar com seus próprios prazos já apertados ou até mesmo esgotados, contratasse a revisão antes de ter finalizado a produção, o que ia fazendo concomitantemente ao processo. Esta é uma condição de produção que merece ser destacada, pois acreditamos que ela pode interferir no modo como o discurso do autor se produz em relação à cobrança, sobre o revisor, quanto aos prazos de entrega de seus serviços.

Quanto ao movimento de análise propriamente, ele foi feito em etapas, conforme abordagem de Orlandi (2005). Desse modo, num primeiro momento tentamos perceber a discursividade do corpus pelo mecanismo de desconstrução do esquecimento número 2 – a ilusão de que o que foi dito só poderia sê-lo daquela maneira. Trabalhamos com paráfrases para demonstrar que ao longo da formulação “se formam famílias parafrásticas relacionando o que foi dito com o que não foi dito, com o que poderia ser dito, etc” (ORLANDI, 2005, p. 78). Foram esses outros dizeres que nos permitiram vislumbrar os sentidos *para* o autor acadêmico presentes nas sequências discursivas em questão.

Paralelamente ao trabalho com as paráfrases, observamos os efeitos metafóricos – ou os deslizamentos a que a língua está exposta – que possibilitam sempre a existência de um outro sentido, por um processo de transferência e deslocamento. O efeito metafórico, como explica Orlandi

(2005), é a ocorrência semântica em que há substituição contextual de elementos linguísticos próximos, provocando um deslizamento de sentidos que acontece “de próximo em próximo” (p. 79), dando lugar a um sentido outro e abrindo o campo para a interpretação.

Explicando melhor, é na relação entre paráfrase (o mesmo) e polissemia (o diferente), produtividade e criatividade, que se estrutura o funcionamento da linguagem. Pensando a paráfrase como reiteração do mesmo e a polissemia como produção da diferença, e consideradas as condições de produção do discurso, temos: nas paráfrases, as mesmas palavras com o mesmo sentido, ou palavras diferentes com o mesmo sentido, em relação a locutores distintos; as mesmas palavras com o mesmo sentido, ou palavras diferentes com o mesmo sentido, em relação a situações diferentes; na polissemia, as mesmas palavras com sentidos diferentes, ou palavras diferentes com sentidos distintos, em relação a locutores distintos; e as mesmas palavras com sentidos diferentes, ou palavras diferentes com sentidos diferentes, em relação a situações diferentes. (ORLANDI, 1998, p. 15).

Num segundo momento, buscamos relacionar os efeitos de sentido observados com as formações ideológicas que os sustentam, considerando, para tanto, e como já abordado nesta pesquisa, que: “As palavras remetem a discursos que derivam seus sentidos de formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas”. (ORLANDI, 2005, p. 80).

Assim sendo, foram observadas tanto as condições de produção dos discursos ligadas ao contexto imediato da enunciação quanto as sócio-históricas e ideológicas. O que já foi dito sobre o trabalho do revisor, a língua, a escrita e a correção do texto acadêmico significam no discurso dos autores, que ao dizer de uma forma silenciam outras, carregando sentidos cravados na história, a partir do interdiscurso.

Construímos este estudo a partir de marcas linguístico-discursivas que identificamos nas sequências discursivas, as quais nos permitiram levantar as questões que interessavam à pesquisa. Mais uma vez recorreremos a Orlandi para refletir que, ao decidir sobre o que faz parte do corpus, já estamos decidindo sobre propriedades discursivas. “A análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do corpus e que se organiza face à

natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza.” (ORLANDI, 2005, p. 64). Nossa pergunta inicial circundou os imaginários do autor acadêmico frente ao trabalho de revisão textual e ao profissional que o desempenha. Quem é esse profissional? Que papel ele exerce na construção do texto final? De que ordem ou natureza são as intervenções que lhe cabem?

Esse movimento analítico nos levou à construção de três grupos de imaginários, identificados no discurso dos clientes: O revisor como coenunciador ou coescriba; Revisor é aquele que formata e coloca dentro das normas ortográficas e gramaticais; e Autonomia do revisor. São esses grupos que estarão em destaque no capítulo que se segue, em que mostraremos nosso movimento de análise e discussão propriamente dito.

5 ANALISANDO OS DISCURSOS

Começamos a análise propriamente dita de nosso corpus lembrando uma das principais perguntas que nos motivou a implementar este estudo: o que um autor de textos acadêmicos espera de um revisor quando contrata seus serviços? Interpretando o discurso dos autores, percebemos algumas marcas que, implícita ou explicitamente, nos levam a significados possíveis para responder a essa questão – lembrando que os sentidos não se fecham e sempre podem ser outros, a depender do gesto de interpretação do analista.

Observando o corpus, certas repetibilidades nos levam a pensar que a expectativa do autor frente ao trabalho prestado pelo revisor ultrapassa a resolução de problemas ortográficos e gramaticais, imergindo no campo da produção de sentidos e da discursividade do texto revisado. Com a análise, compreendemos que ao revisor são atribuídas responsabilidades que vão além da intervenção em nível linguístico, colocando-o como um parceiro na construção da textualidade e do discurso. Ou seja, quando o autor acadêmico contrata um revisor, espera que ele intervenha de modo mais amplo, a fim de contribuir para que seu texto produza os sentidos mais próximos daqueles originalmente almejados. Vejamos, mais detalhadamente, a forma como essa compreensão foi sendo construída, a partir da análise de marcas que nos permitiram delimitar os grupos a seguir:

5.1 Grupo 1 - O revisor como coenunciador ou coescriba

5.1.1 O “nós” no discurso do cliente: autorizando, integrando e responsabilizando o revisor

Partindo de uma perspectiva gramatical da língua, Bechara (2010) afirma, em sua *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*, que os pronomes pessoais “eu” e “tu” designam as duas pessoas do discurso (eu: 1ª pessoa; tu: 2ª pessoa), sendo o “nós” a primeira pessoa do plural. Assim, o “nós”, na concepção gramatical, “indica *eu* mais outra ou outras pessoas [...]” (BECHARA, 2010, p. 131).

Indursky (1997) apoia-se em Benveniste e Guespin para mostrar que “nós” representa um “eu” ampliado, permitindo ao enunciador integrar outros enunciadores ao seu dizer e designando, portanto, grupos lexicalmente não nomeados, que a autora entende como uma não pessoa discursiva.

Retomamos essas referências sobre o uso do “nós” para lembrar, com Indursky (1997), que “[...] toda sequência discursiva é linguisticamente descritível [...]” e que “a AD toma as marcas linguísticas, que funcionam como pistas, e não como dados, para descrever seu funcionamento discursivo e não seu funcionamento linguístico” (p. 29).

Assim, interessa-nos aqui examinar o funcionamento do “nós” como marca linguística no discurso dos autores acadêmicos, bem como os sentidos mobilizados, a partir dessa pista, que nos permitem compreender o imaginário do autor em relação ao trabalho do revisor.

Salientamos que nossa análise considerou todos os elementos que se referem à primeira pessoa do plural, ou seja, sua forma reta “nós”, que funciona como sujeito, os pronomes oblíquos e possessivos correspondentes – nos, nós e nossos – e sua desinência verbal.

Em sua pesquisa de doutorado, Indursky (1997) analisa o uso da primeira pessoa do plural como forma de representação do sujeito no discurso presidencial da República Militar brasileira. A autora mostra como essa marca linguística se relaciona a diferentes referentes discursivos, instaurando a indeterminação e a ambiguidade nesses discursos.

Diferentemente dessa autora, em nosso corpus, o “nós” é utilizado pelo sujeito (cliente) em referência, unicamente, ao revisor. Esse movimento foi observado no discurso de pelo menos três dos clientes analisados, conforme as sequências discursivas a seguir (todos os grifos são nossos e ressaltam as marcas linguístico-discursivas em análise):

C1RA:

Sd1- [...] Dessa vez eles exigiram o preenchimento de "caixas" Copiei e coleí no arquivo anexo as "caixas" com as perguntas (em vermelho). Em preto estão minhas respostas, para sua análise. O número de caracteres dentro do limite é imprescindível! Ou seja,

podemos fazer qualquer mudança, desde que **não ultrapassemos** o máximo de caracteres com espaço. [...]

Sd2- [...] Se conseguir entregar dia 12 será ótimo. Mas, pensando bem, como posso submeter até dia 30 de julho, **temos ainda um tempo**. [...]

Sd3- Seu trabalho está excelente. Era nessa direção mesmo que eu esperava. Fiz uma leitura cuidadosa e acho que **já estamos perto de uma versão final**. [...]

C3RA

Sd1- Você acha que **conseguimos terminar** as correções até o dia 13/10? Preciso enviar pra banca no dia 13/10 no fim do dia [...]

C4RA:

Sd1- Esqueci. Tenho que postar o artigo amanhã (dia 10) e penso que farei isso à tarde. **Será que conseguimos?**

Sd2- [...] Estou publicando um artigo num e-book. Você já deu uma revisada nesse texto, mas gostaria que você o fizesse novamente. Estou com uma crise de cervical e com muita dificuldade em ficar muito tempo no computador. único problema (sic) é que **temos muita urgência**. Vou negociar um tempinho a mais e te falo. [...]

Sd3- [...] **Nosso prazo é amanhã**, mas a editora dá até segunda. Como você está de trabalhos, **será que conseguimos?**

Examinando as sequências, entendemos que a primeira pessoa do plural materializa o movimento de associar o revisor à ação, de compartilhar com ele a responsabilidade ou conceder permissão a esse profissional para executar determinadas ações. Vejamos que ações seriam essas: na Sd1 de C1RA, o autor diz ao revisor que eles (autor + revisor) “podem fazer qualquer mudança no texto”, frisando que não é permitido, entretanto, ultrapassar o

máximo de caracteres determinado pelas regras de submissão do projeto. Ao incluir a pessoa discursiva do revisor, o autor autoriza o profissional da revisão a modificar o seu texto, tendo como limite apenas o número de caracteres (que não é exigência dele, autor, diga-se de passagem, mas da entidade que irá aprovar ou não o projeto). Percebemos, dessa forma, a produção de um sentido, pelo uso do “nós”, de autorização irrestrita ao revisor para modificar o texto.

Já na Sd3 de C1RA, ao afirmar “estamos perto de uma versão final”, o sujeito, por meio do **nós**, insere o revisor como coparticipante do processo de construção do texto. É um sentido que corrobora a permissão para fazer qualquer mudança – afinal, se o revisor participa, junto com o autor, da produção de uma versão final do texto, ele deve poder, então, executar as alterações que achar convenientes nesse texto.

Um outro sentido ainda pode ser atribuído à utilização da primeira pessoa do plural quando observamos a Sd2 de C1RA. Está relacionado ao prazo de entrega do texto revisado. Vemos, na pergunta “será que **conseguimos?**” (referindo-se à possibilidade de entrega do serviço pelo revisor em determinada data), que o autor associa sua expectativa ao prazo que a ele próprio é dado para submissão do texto. Desse modo, transfere ao revisor parte da responsabilidade (que é dele) pelo cumprimento do prazo de submissão.

O mesmo funcionamento é observado nas sequências de C3RA e de C4RA para produzir o sentido de corresponsabilidade do revisor pelo cumprimento de prazos. Em C4RA, percebemos um reforço desse sentido. Vemos que o cliente utiliza a primeira pessoa do singular em toda a sequência – “estou publicando”, “estou com uma crise” e “vou negociar” –, mas adota a primeira pessoa do plural quando se refere especificamente ao prazo de execução do serviço pelo revisor, como que para frisar que, na questão da entrega, o cumprimento desse prazo seria uma responsabilidade de ambos, na mesma proporção.

Ao dissertar sobre as condições de produção dos discursos que analisamos nesta pesquisa, no capítulo anterior, levantamos a questão da entrega do texto, para revisão, de forma fragmentada, pelo autor, em virtude da pressão sofrida por este em função de prazos de entrega (esclarecemos que

os textos acadêmicos são revisados tendo sempre em vista uma data programada, seja para defesa em banca – caso de teses, dissertações e monografias, por exemplo –, seja para submissão em periódicos científicos – caso de artigos, resenhas, ensaios, entre outros). Percebemos, entretanto, que essa “condição” é apagada do discurso do autor quando negocia os prazos de entrega com o revisor. O cliente corresponsabiliza o revisor pelo cumprimento de prazos que são seus em primeira instância, mas, paradoxalmente, desconsidera em seu discurso a entrega “diluída” do texto para o serviço de revisão, que em última instância representa uma condição desfavorável a esse mesmo cumprimento de prazos por ele almejada.

Resta ao revisor o que, a nosso ver, constitui um ônus à qualidade de seu trabalho que deveria estar precificado na sua contratação. Afinal, a leitura “em partes”, além de atrasar o processo, dificulta a visão geral do texto e, conseqüentemente, do discurso, prejudicando a intervenção adequada sobre seus sentidos. Compartilhamos, assim, da preocupação de Coelho Neto (2013) com as condições adversas em que por vezes se dá o processo de revisão, entre as quais ele destaca, por exemplo, a alteração de prazos para o revisor (em geral no caminho da redução de tempo). Nesse caso, incluímos no rol de transtornos a entrega fragmentada do texto ao revisor.

Conforme já abordado nesta dissertação, Salgado discute (2017) representações de autoria em relação à dinâmica dos ritos genéticos editoriais, pensando nas práticas de tratamento de texto em casas editoras, mas também em meios “menos oficiais”, entre os quais assumimos poder incluir a revisão de textos acadêmicos.

A noção de que o revisor, que a autora define como “profissional que dá tratamento aos textos que se destinam à publicação” (SALGADO, 2017, p. 15), atua sobre a textualização do material que revisa, trabalhando como um coescriba ou um “outro do autor”, aparece-nos, dessa forma, nas análises que acabamos de implementar.

Junto com a autora, concordamos que a tarefa de coenunciar que ao revisor é atribuída não destitui o cliente de seu lugar de autor do texto, muito menos interfere no aspecto de propriedade intelectual. Mostra, porém, como é dinâmico o processo de construção de um texto que se presta aos ritos editoriais para ser publicado, envolvendo diferentes atores que participam da

produção de sentido em um material escrito que, discursivamente falando, nunca se fecha.

Quando autoriza o revisor a mexer no seu texto, quando compartilha com ele a responsabilidade de apresentar uma versão final, e quando divide com esse profissional o compromisso de cumprir o prazo de entrega, o cliente não perde sua condição de autor. Tampouco atribui ao revisor o lugar de coautor. Ele mostra, todavia, que a autoria se constrói a partir de movimentos que são realizados dentro de uma teia discursiva, na qual cabe ao revisor um papel muito mais amplo do que o de mero corretor de normas e padrões institucionais – embora não deixe de ser sua, também, essa função.

O cliente percebe o revisor como coescriba, coenunciador, coparticipante na produção de sentidos de seu texto, o que se mostrou bem marcado, pelo uso do nós, no discurso ora analisado. Esse imaginário materializa no discurso o sentido de um revisor que é integrante do processo de autoria. Tal representação aparece também quando examinamos o léxico utilizado pelo cliente para se referir especificamente ao tipo de serviço que é esperado por ele da revisão. É o que veremos a seguir.

5.1.2 Revisar é: reescrever, melhorar o texto, aprimorar...

Retomando mais uma vez Salgado (2017), sabemos que os processos editoriais que se fazem dentro da cadeia criativa do livro envolvem diferentes olhares, de diversos atores (editores, diagramadores, revisores, etc.), que estariam autorizados, no mercado editorial, a trabalhar para dar tratamento aos textos para publicação.

Ainda que de maneira menos formalizada, acreditamos que a produção textual de um autor acadêmico, quando revisada por um profissional autônomo, também está inserida numa cadeia criativa, na qual o revisor, ao realizar movimentos de tessitura, oferece a seu cliente a possibilidade de se distanciar de seu texto para vislumbrar nele um outro percurso. Mas de que natureza são esses movimentos que o revisor executa num texto?

Oliveira (2018, p. 38) afirma que “[...] o ato de revisar assume as mais distintas características e formas, adaptando-se às necessidades daquele que o solicita [...]”, e que ao revisor é necessário “[...] se reinventar e reinventar

seus procedimentos, a cada novo texto, a cada nova leitura”. No artigo intitulado *O que se espera de um revisor*, ele aborda a dificuldade de se obter um retorno minimamente uníssono a essa reflexão, visto ser ela da ordem de uma expectativa, o que leva a infindáveis possibilidades de resposta. Alerta, entretanto, para o desconhecimento que se tem – por parte do público geral e mesmo de quem trabalha com o texto escrito – sobre a profissão de revisor, e para falsas ideias que se formam a respeito do ofício como consequência dessa incompreensão.

Frequentemente, esse desconhecimento com relação ao trabalho com o texto escrito faz com que as mais variadas demandas sejam nomeadas como “revisão”: correção ortográfica, padronização tipográfica, preparação de textos (copidesque), edição, revisão de tradução e, por vezes, até mesmo redação e *ghostwriting*. (OLIVEIRA, 2018, p. 38).

Em confluência com as ideias de Oliveira, é a fluidez dos limites que definem o fazer do revisor, na sua relação com o cliente, que traz à tona as discussões aqui propostas. Assim, interessadas em compreender melhor a expectativa do cliente, resgatamos a pergunta do objetivo específico número 1: de que tipo ou de que ordem são as intervenções que o autor de textos acadêmicos espera ver realizadas em seu texto pelo revisor?

É preciso ressaltar que quando damos “nome” a algo, seja um objeto, seja um gesto ou um movimento, nos filiamos a uma memória ou a uma rede de sentidos estabelecidos historicamente. Guimarães (2001 apud Teixeira, 2020, p. 55) faz a seguinte distinção entre nomeação e designação:

A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome. A designação é o que considera a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas linguístico e histórico. Ou seja, é uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposto ao real. Por isso um nome não é uma palavra que classifica objetos, incluindo-os em certos conjuntos, os nomes identificam objetos. [...] Um nome, ao designar, funciona como elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte. (GUIMARÃES, 2001, p. 54).

Com isso, podemos afirmar que o autor acadêmico, quando escreve, nas mensagens ao revisor, sobre o tipo de intervenção que espera desse profissional, está “designando” sua expectativa, num recorte histórico de nomes em relação com outros nomes. Então, o léxico empregado pelos clientes (e sua

articulação no discurso) para se referir à ação que eles esperam ver realizada pelo revisor permite-nos chegar a alguns sentidos, a partir da análise das sequências a seguir:

C1RA

Sd4- Segue o projeto da [...] para sua **revisão**. [...] Em preto estão minhas respostas, para sua **análise**.

Sd5- Como combinado, envio meu projeto para sua **revisão e leitura crítica**.

[...] A ideia é **deixar** o projeto **mais redondo e bem escrito**.

[...], espero que você possa **solucionar** não apenas os problemas pontuais de ortografia, gramática e convenções, **sugerir contribuições discursivas** para tornar o texto mais claro e assertivo.

Sd6- [...] Mas fique à vontade para **analisar** inclusive o melhor lugar para incluí-los.

Sd7- [...]. O outro é uma preocupação com a quantidade de vezes que uso a palavra “egresso” no resumo...são 12 vezes em um texto de 23 linhas...ou seja, quase 1 vez a cada 2 linhas...o que você acha? Está exagerado? Ou o assunto é egressos e, então, pode aparecer muitas vezes? Bom, tentei eliminar uma das vezes. Veja, por favor, se fica bom. Se for o caso, veja se vale a pena tentar **substituir** mais 1 ou 2 vezes a palavra... (grifos nossos).

Sd8- Peço **especial atenção** para a proposta de **nova redação com menos repetição de palavras**. (grifos nossos)

C1RB

Sd1- Conforme combinado, segue dissertação para **revisão**.

[...] Não gosto muito do sumário automático que coloquei. Ele fica desconfigurando. Pode **trocar** se achar necessário.

Sd2- **Observe** as repetições de palavras no mesmo parágrafo, às vezes passo do limite.

Sd3- As **alterações** foram pertinentes sim. Como te disse antes, o texto deu uma **melhorada** maravilhosa.

C2RA

Sd1- Isso! Passível! Por isso sua **leitura** me é preciosa, coisas que eu não perceberia!

C4RA

Sd4- Estou com um texto para você **corrigir**. [...] Poderia fazer a **correção** para mim?

Sd5- [...] Se você quiser **cortar**, fique à vontade, “be my guess”.

Sd6- [...] Se quiser **mexer e melhorar**, é só começar.

Sd7- [...] De novo, **fique com a faca na mão**.

Sd8- [...] Me manda o valor, tá, manda como trabalho de “urgência”, você teve que **se desdobrar** aí.

Sd9- Suas **sugestões** são ótimas.

Sd10- [...], fique à vontade para **melhorar** o texto.

Sd11- [...] caso você ache que algumas frases estão repetitivas, **pode tirar**.

Sd12- [...] espero seu contato e **avaliação**. Este final deve ter muitos erros. É que estou morrrrtaaa...

Sd13- Desculpe, nem comentei sua última revisão. Ficou bom sim, e a **irrefutabilidade** está correta, mais do que a palavra anterior.

A primeira palavra que recorre nessas sequências de discurso dos clientes é “revisão”. Embora possa parecer redundante e, porquanto, desnecessária, a análise do uso dessa designação torna-se importante quando pensamos no conceito de historicidade ou no modo como a exterioridade se simboliza no texto.

Percebemos, nas Sd4 e Sd5 de C1RA e na Sd1 de C1RB, que o termo “revisão” aparece nas mensagens introdutórias do cliente para o revisor, aquelas em que ele informa ao profissional sobre o serviço que pretende contratar, a fim de verificar sua disponibilidade. Em Sd4 de C4RA, a palavra utilizada com esse mesmo propósito é corrigir (e correção). Dessa forma, as sequências “Segue o projeto da [...] para sua revisão”, “envio meu projeto para sua revisão”, “segue dissertação para revisão” e “Estou com um texto para

você corrigir” remetem-nos a um pré-construído: a revisão de textos como correção, normatização, caça aos erros, adequação ortográfica e gramatical.

Entretanto, há um movimento parafrástico, nas sequências seguintes, quando os clientes ampliam o vocabulário lexical para especificar o serviço que desejam, que nos mostra a capacidade de adaptação que é esperada por quem contrata a revisão e que é, portanto, necessária ao revisor para que possa atender a cada novo cliente e a cada nova demanda. Ao ampliar esse léxico, os clientes ampliam também os efeitos de sentido para a palavra revisão.

“Revisar” se desdobra em (desliza para) “fazer leitura crítica”, “deixar mais redondo”, “deixar mais bem escrito”, “solucionar”, “mexer”, “melhorar”, apontando expectativas de intervenções cujos sentidos correm além da correção de erros. Vemos aqui a polissemia em funcionamento, com palavras diferentes abrindo novas possibilidades de sentidos. Acionamos a memória de algo que precisa ser aprimorado, aperfeiçoado, elevado de nível. Retomando os sentidos da revisão dentro de uma cadeia discursiva (neste caso, uma cadeia restrita entre autor e revisor), compreendemos o profissional como aquele que lança seu olhar, implementando movimentos para aumentar a qualidade do texto, tornando-o mais claro, coeso, coerente, ou seja, transformando-o em uma versão melhor. Estas seriam, dentro da nomenclatura usualmente empregada na produção editorial, conforme já nos mostrou Ribeiro (2016), no capítulo 2 desta dissertação, intervenções reservadas ao preparador de originais ou copidesque, a quem caberia, até mesmo, “reescrever e retrabalhar” um texto.

Essa leitura crítica, e a capacidade de, a partir dela, perceber nos meandros do texto pontos de adequação e melhoria, é uma das funções do revisor que está bem marcada também na sequência Sd1 de C2RA. Ao designar a “leitura” do revisor como “preciosa”, devido a uma proposta de intervenção que foi corroborada por ele (“coisas que eu não perceberia!”), o autor reconhece a importância do olhar de um outro sobre seu texto. “Preciosa” remete-nos ao sentido de necessária, útil, relevante, adjetivos que o autor atribui para caracterizar o serviço desse que, pensando na perspectiva de Salgado (2017), é um leitor profissional – o revisor.

Ainda observando os verbos empregados pelos clientes para se referirem às ações do revisor sobre seu texto, encontramos em Sd5, Sd7 e Sd11 de C4RA o verbo “cortar” e suas paráfrases “pode tirar” e “fique com a faca na mão”. Analisando os sentidos que se constroem pelo uso desse léxico, constatamos aqui um tipo de intervenção do revisor (esperada pelo cliente) que abre reflexão para questões ligadas a noções de autoria.

Cortar um texto, independentemente da dimensão dessa ação, significará encurtar, eliminar, remover, suprimir algo desse texto, um movimento que afetará não somente sua forma, mas seu conteúdo. Voltando a uma das perguntas que lançamos na introdução desta pesquisa – se caberia ao revisor interferir no conteúdo do texto –, percebemos que, pelo discurso do autor acadêmico participante desta análise, sim, é esperado que o revisor intervenha em questões que comprometerão o conteúdo do texto.

Para prosseguir com essa reflexão, analisaremos antes mais um verbo que aparece com frequência no discurso dos clientes em referência às intervenções do revisor – “substituir” (suas sinonímias).

Em Sd7 e Sd8 de C1RA e Sd2 de C1RB, percebe-se que ao revisor é demandada a resolução do que, para os clientes, é tomado como um problema e uma inquietação em relação à própria escrita – a repetição de palavras. Há um processo parafrástico a partir do significante “substituir”, cujo sentido se repete em “especial atenção” e “observe”, que nos leva a pensar nessa expectativa dos autores de que o revisor execute a intervenção necessária, a substituição de vocábulos repetidos por sinônimos. Destaca-se que ao mesmo tempo em que solicita a resolução da repetição de palavras, o autor dá ao revisor autonomia para avaliar e decidir sobre a execução ou não dessa alteração, repartindo com o profissional a responsabilidade pela decisão de mexer no texto. “O que você acha?”; “Veja, por favor se fica bom”; “veja se vale a pena” são sentenças que corroboram essa observação. Mais adiante, veremos como o sentido de autonomia do revisor se constrói no discurso do autor e a forma como essa transferência de responsabilidades pode implicar nas noções de autoria e na participação do revisor como coenunciador.

A substituição de palavras repetidas como uma demanda do autor de textos acadêmicos, como percebido nas sequências discursivas analisadas, reforça o que afirma Malta (2000) sobre as funções do copidesque, a quem

caberiam intervenções ligadas à reescrita, entre elas a substituição de termos repetidos e a reformulação de períodos muito longos, por exemplo.

Corroborando também o que afirma Coelho Neto (2001), já citado no capítulo 3 desta dissertação, quando defende uma intervenção mais ampla do revisor. O autor ressalta a repetição de palavras como um problema imperceptível ao autor, devido ao convívio diário e exaustivo que mantém com seu texto, tornando imperativo o trabalho de leitura de um profissional.

Analisando separadamente a sequência Sd13 de C4RA, também percebemos um movimento de substituição de palavra feito pelo revisor. Aqui, no entanto, a alteração parece ter sido de outra ordem. Quando o autor diz ao profissional que a palavra “irrefutabilidade” está mais correta do que a anterior, entendemos que o revisor modificou o léxico não para eliminar repetições, mas adequá-lo melhor ao contexto intradiscursivo do texto. É o revisor contribuindo para que o autor diga o que quer, da melhor forma possível. É importante perceber também o diálogo que está presente entre autor e revisor durante o processo de revisão. Vemos que o cliente concorda com a mudança ao reforçar que a revisão ficou boa “e” (em adição) que a nova palavra estaria correta, indicando que o revisor alterou, mas sinalizou a ele sua modificação e aguardou uma palavra final.

Esclarecemos que não nos cabe neste trabalho “listar” funções do revisor a partir do discurso de seus clientes. A análise das marcas que tocam nessa expectativa do cliente nos interessa, antes, pelo que reforça de nossa hipótese. Que ao revisor são atribuídas funções que ultrapassam o mero revisar das normas. Ao solicitar que o revisor substitua termos por seus sinônimos ou, retomando a reflexão sobre o uso do vocábulo “cortar”, implemente cortes em seu texto, acreditamos que o autor esteja autorizando e conferindo a esse profissional um poder de intervir no seu discurso. Voltamos a Orlandi para lembrar que o sentido sempre pode ser outro, a depender da posição e do gesto de interpretação do sujeito. Compreende a autora, baseando-se no que afirma Pêcheaux (1975 apud Orlandi, 2001) sobre a metáfora: “uma palavra, uma proposição não têm um sentido que lhes é próprio, preso à sua literalidade. [...] Ou seja, o lugar do sentido, lugar da metáfora, é função da interpretação, espaço da ideologia” (p. 21).

Assim, se é certo que o revisor precisa estar atento ao sentido principal do texto para não o modificar, o que significa conhecer o gênero, a formação discursiva (na qual os sentidos têm um lugar mais ou menos provisório) e os objetivos do autor, também é considerável que o ato de substituir palavras envolve uma escolha lexical de um sujeito outro que não esse autor, interpelado ideologicamente e afetado por outros sentidos, abrindo a possibilidade de deslizamentos. Da mesma forma, ao decidir o que deve ou não cortar, o revisor reveste-se de uma autonomia que pouco tem a ver com o papel de um caçador de erros no texto alheio.

Lembrando que ocupar a posição de autor, segundo Orlandi (1996), significa dar unidade a um discurso, a partir de um lugar de interpretação na história e na sociedade, é importante questionar: ao modificar o léxico, substituindo vocábulos por seus sinônimos, ou ao eliminar palavras e trechos e, conseqüentemente, interferir no conteúdo, não estaria o revisor saindo da posição de profissional que dá tratamento ao texto para ocupar a posição de autor?

Parece-nos que a reflexão de Sousa (2018, p. 14-15) sobre a complexidade do trabalho do revisor também aponta nessa direção.

[...] cabe ao revisor trabalhar em prol, não necessariamente do que o autor diz, mas sim dos modos de dizer, do tom da voz, das escolhas lexicais, dos gestos evocados etc. Assim, parece possível afirmar que todo texto tem um modo de enunciar que se constitui ainda na etapa autoral, o qual parece imprescindível que o revisor considere. [...] O revisor, desse modo, está sempre apontando para o que vem antes e depois de si, trata-se de um trabalho em relação a diversos discursos e filiações, sempre ligados a certas normas. É esse projetar um outro é necessário também para refletir sobre os valores inscritos em cada intervenção.

Diz ela, ainda: “E o revisor parece trabalhar nesse entremeio, ora se colocando no lugar de autor, ora de leitor a fim de garantir que certas vozes sejam evocadas em detrimento de outras”. (SOUSA, 2018, p. 18).

Por fim, na análise da sequência Sd8 de C4RA, vemos essa ampliação dos sentidos da revisão de textos no imaginário do autor sendo reconhecida em sua própria voz. “Me manda o valor, tá, manda como trabalho de “urgência”, você teve que **se desdobrar** aí.” Esse “desdobrar” abrangente, podendo se referir às intervenções, às responsabilidades, ao cumprimento de

prazos ou a outras tarefas colocadas em prática pelo revisor sinaliza um “extrapolar” de suas atribuições marcado no discurso do autor. Torna-se aqui para a questão que tem nos norteado até agora: o que o autor pensa ser atribuição do revisor e o que acredita estar além de suas funções?

Fechando essas reflexões, portanto, o que acreditamos, apoiando-nos na AD, é que, ao projetar esse outro (o autor) para fazer suas intervenções, ou ao ter de considerar o modo de enunciar do autor, o revisor, necessariamente, estará contribuindo com a tessitura a partir de uma posição-autor. Em consonância com a teoria dos ritos genéticos editoriais de Salgado (2017), dizemos que seu lugar é, sempre, constitutivo do processo de autoria, e reafirmamos que no imaginário do cliente, autor de textos acadêmicos, o revisor tem papel de **coenunciador** no processo de revisão.

5.2 Grupo 2 - Revisor é o que formata e coloca dentro das normas ortográficas e gramaticais

Sabemos, com referência em Orlandi (2005), que um discurso está sempre em relação de sentido com outros discursos, apontando tanto para o que já foi dito antes quanto para os dizeres futuros. Ele é “um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo”. (p. 39).

Nas sequências selecionadas neste tópico, as marcas lexicais que destacamos apontam para ou produzem um sentido de revisor como profissional que encaixa o texto dentro de padrões previamente estabelecidos – um “caçador de erros” e um “padronizador”.

Acreditamos que a construção desse imaginário esteja ancorada em uma memória discursiva que toma como sinônimos língua e gramática, ou língua e norma-padrão. Portanto, percebemos que, para o autor, a ação de “corrigir” o texto, função do revisor, relaciona-se com um conhecimento de normas esperado desse profissional.

Tais padrões são fortemente determinados pelas normas gramaticais vigentes, mas também pelas diretrizes que gerenciam a escrita acadêmica, que determinam o que pode e deve ser dito nos textos acadêmicos e, por conseguinte, na relação entre revisor e autor.

Vimos que certas normas permeiam a redação acadêmica, reforçando o caráter específico de cada gênero produzido nesse contexto de produção. Dessa forma, os objetivos, o público-alvo, a natureza e a organização das informações variam conforme o gênero produzido. De maneira geral, no entanto, é imperativo que a escrita acadêmica tenha em seu tom um grau de formalidade, muitas vezes determinado por escolhas mais precisas de vocabulário, por exemplo (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010).

Seguem-se, em última instância, e com certo rigor, as convenções da norma-padrão da língua, aquela que é prescrita nos manuais gramaticais. Outra característica fundamental dos textos que visam à circulação de conhecimento produzido no meio acadêmico é a obrigatoriedade de se referenciar as informações apresentadas, de acordo com diretrizes normativas específicas como as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por exemplo (VIEIRA; FARACO, 2019).

Essas determinações que circundam a escrita acadêmica estão presentes no discurso dos autores quando demandam serviços ao revisor de textos, conforme veremos a seguir.

C3RA

Sd2- Você recebeu o e-mail com as **referências** da epígrafe? De todo modo, estou mandando novamente [...]

C1RB

Sd4- A palavra Ensino Médio está **grafa** (sic) em **maiúscula**. Vc acha necessária **essa grafia**? Literatura periférica e/ou marginal precisa ficar em maiúscula?

C1RA

Sd5- Como combinado, envio meu projeto para sua revisão e leitura crítica.

[...] A ideia é deixar o projeto mais redondo e bem escrito.

[...], espero que você possa solucionar não apenas os **problemas pontuais de ortografia, gramática e convenções**, sugerir contribuições discursivas para tornar o texto mais claro e assertivo.

Sd8- Eu realmente não sei usar “**pronomes reflexivos**”...

Sd9- Obrigado também pela observação sobre as referências incluídas no texto e não incluídas ainda no final.

Em várias sequências, entre as quais selecionamos a Sd2 de C3RA e a Sd9 de C1RA, constatamos a presença da palavra “referência” quando o cliente menciona, de alguma maneira, o que espera como intervenção do revisor. Em Sd2 de C3RA, o cliente sinaliza ao profissional que enviou as “referências da epígrafe”, do que se compreende que ele tem a expectativa de que o revisor inclua tais referências em seu trabalho. Ora, a inclusão de referências implica um domínio normativo que, portanto, o cliente demonstra esperar do revisor. Em Sd9, o cliente agradece ao revisor pela observação a respeito de referências faltantes. Supõe-se, nesse caso, que o revisor tenha apontado (e não solucionado) o problema, que pode ou não ter sido resolvido numa intervenção posterior. Entretanto, ao agradecer o gesto ou a ação de observar referências não incluídas, o cliente materializa em seu discurso a atribuição do revisor de normatizar o texto pelos padrões oficiais.

Passando à análise de Sd4 de C1RB, temos um cliente que questiona o revisor sobre a necessidade de se utilizar letra maiúscula em determinada palavra. Trata-se de uma dúvida relacionada a convenções de escrita que, presume o cliente, inserem-se na seara de conhecimentos técnicos do revisor. Vemos que é o revisor quem tem a palavra final sobre a grafia mais adequada ao texto.

Também é do revisor, conforme nos aponta o discurso de C1RA em Sd5 e Sd8, o papel de solucionar problemas de ortografia, gramática e (mais uma vez) convenções. Materializa-se nessas sequências discursivas o imaginário de revisor que atenta para a correção de desvios da norma-padrão da língua. Em Sd9, esse efeito de sentido é metaforizado na afirmação do cliente: “não sei usar pronomes reflexivos” – ou seja, é tarefa do revisor corrigir os erros cometidos pelo autor do texto ao empregar pronomes reflexivos.

Cabe aqui uma breve retomada dos sentidos constituídos historicamente sobre “padrões de correção da língua portuguesa”, ressaltando os pré-construídos que estão sendo mobilizados, como efeito de memória, nos discursos dos autores.

Para isso recorreremos a Faraco, em sua obra *Norma culta brasileira: desatando alguns nós* (2008), que explica que o conceito de norma surgiu como forma de teorizar sobre a heterogeneidade da língua, tida muito mais como entidade política e cultural do que linguística. Não existe, para esse autor, definição de língua a partir de critérios linguísticos, pois ela se constitui de um conjunto de variedades. A língua só é uma realidade unitária “nas representações imaginárias de uma cultura e nas concepções políticas de uma sociedade” (FARACO, 2008, p. 33).

Foi no final do século XV, na Europa, a partir da necessidade política de se alcançar uma unidade linguística para os estados, pós-sociedade feudal (na qual havia grande diversificação), que a língua passou a ser gramaticalizada, ou seja, enquadrada dentro de um padrão. Gramáticas e dicionários ganharam, então, uma força coercitiva, um poder de padronização. (FARACO, 2008).

No Brasil, a padronização da língua foi ainda mais artificial, visto que não se tomou como referência a linguagem urbana comum, mas um modelo lusitano de escrita, praticado por uma elite letrada e conservadora. Aqui, diferentemente da Europa, a norma-padrão se impôs como forma de combater as variedades do português popular.

Esse padrão institucionalizado, por sua vez, assentou-se sobre a chamada norma culta da língua, um “conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita” (FARACO, 2008, p. 73) e que se vincula a um imaginário de prestígio e maior valor social. Em nosso país, está mais fortemente ligada às variedades faladas pelas populações urbanas com renda média e alta, bons níveis de escolaridade e acesso a bens culturais.

Embora a norma-padrão brasileira fixada no século XIX não tenha conseguido orientar o modo de falar e escrever dos brasileiros, em sua infinita variedade, sua ideologia se consolidou no imaginário e nos discursos sobre língua. (FARACO, 2008).

Pedagogicamente, é nítido que o ensino da língua portuguesa nas escolas brasileiras sempre centralizou, no currículo, o aprendizado da gramática, imiscuido, por sua vez, com as concepções de norma-padrão. É nessas regras formais que se ancora mais firmemente também a escrita acadêmica, como já abordamos nesta dissertação.

Desse modo, compreendemos, pelo exame das sequências em destaque, que ao revisor cabe fiscalizar o uso correto das regras, encontrar desvios, tanto gramaticais quanto convencionais e formais, e executar movimentos para saná-los e para enquadrar o texto em padrões oficiais previamente definidos.

Percebemos também que os padrões de qualidade de um texto acadêmico, para o autor, assentam-se fortemente nos preceitos de uma norma-padrão oficial, determinante de uma escrita pretensamente formal, prestigiada e ideologicamente representada como critério de valor social.

5.3 Grupo 3 - O revisor tem autonomia

O Aulete define autonomia como “capacidade, faculdade ou direito (de indivíduo, grupo, instituição, entidade etc.) de se autogovernar, de tomar suas próprias decisões ou de agir livremente, sem interferência externa (mesmo se organicamente incluído num âmbito maior de soberania)” (AUTONOMIA, 2022). Tomando essa definição como referência, encontramos, no discurso dos clientes aqui analisados, marcas que nos indicam que, quando contratam um revisor, os autores acadêmicos depositam certa confiança no trabalho desse profissional, dando a ele autonomia para decidir sobre como intervir no texto, ainda que seja sua (do autor) a soberania sobre a versão final.

5.3.1 *Fique à vontade/é só começar/fique com a faca na mão*

O sentido de autonomia do revisor é construído de diversas maneiras no discurso do autor de textos acadêmicos. Analisando as Sds a seguir, compreendemos que esse funcionamento discursivo se regulariza por meio de algumas expressões que comumente estão presentes em nosso corpus. Vejamos:

C4RA

Sd5- [...] Se você quiser cortar, **fique à vontade**, “be my guess”.

Sd6- [...] Se quiser mexer e melhorar, **é só começar**.

Sd7- [...] De novo, **fique com a faca na mão**.

C1RA

Sd10 – [...] Mas **fique à vontade** para analisar inclusive o melhor lugar para incluí-los.

Encontramos nessas Sds a expressão “fique à vontade”, conforme destacamos em Sd5 de C4RA e Sd10 de C1RA. Na primeira, o cliente sinaliza ao revisor que ele pode se sentir confortável, livre, sem restrições para implementar cortes no texto que está sendo revisado. O mesmo sentido está em funcionamento na Sd6, com a expressão “é só começar”, a partir da qual o cliente parece dar seu aval para que o revisor “mexa e melhore” algo de uma escrita original ou anterior.

Essa “liberdade para intervir” aparece também na Sd7, na expressão “fique com a faca na mão” – leia-se, em nossa análise, fique autorizado a eliminar o que achar necessário, conforme a sua vontade, a sua escolha, o seu julgamento. Aqui, julgamos importante salientar que a autonomia se relaciona de forma mais específica à ação de “cortar o texto”, já abordada anteriormente por nós.

O sentido de autonomia singulariza-se ainda na Sd10 de C1RA, em que a expressão “fique à vontade” se repete, embora dessa vez esteja ligada à ação de “incluir” algo no texto e não de cortar. Assim, retomamos a discussão sobre o papel do revisor na cadeia criativa editorial, a partir da autonomia que se constrói no discurso do cliente, refletindo o quanto dessa autonomia pode repercutir numa ação de coescrita, dentro da teia discursiva em que se dá o processo de autoria (SALGADO, 2017). Entra nessa discussão também (e novamente) a questão da responsabilidade compartilhada pelo autor com o revisor. Já discutimos anteriormente os sentidos em funcionamento no discurso a partir da ação de cortar o texto esperada do revisor. A esse respeito, portanto, propomos a seguinte reflexão: ao dar autonomia para que o profissional corte ou inclua conteúdo em seu texto, não estaria o autor transferindo a esse profissional parte de uma responsabilidade que primitivamente seria sua, qual seja, a de construir os sentidos na própria produção do conhecimento que originou a versão publicável ora revisada?

Dito isso, prosseguimos a análise da construção do sentido de autonomia no discurso do autor acadêmico. Observamos que ele se constrói também por meio de locuções verbais com o uso do verbo “poder” como auxiliar, denotando a “permissão” que parece ser concedida pelo cliente ao revisor para implementar algum tipo de modificação (marcada linguisticamente pelo verbo principal) em seu texto, em variados níveis de amplitude e profundidade. Vejamos as sequências a seguir:

C1RB

Sd1- Conforme combinado, segue dissertação para revisão.

[...] Não gosto muito do sumário automático que coloquei. Ele fica desconfigurando. **Pode trocar** se achar necessário.

Sd5 – Se vc achar que deve cortar alguma coisa para melhorar o texto, **pode fazer** que confio muitíssimo.

C4RA

Sd11- [...] caso você ache que algumas frases estão repetitivas, **pode tirar**.

Novamente encontramos, a partir desses sequências, o sentido de autonomia para intervir associado à ação de cortar o texto. Em Sd5 de C1RB, o revisor é autorizado a “cortar alguma coisa para melhorar o texto”; em Sd11 de C4RA, é permitido a ele “tirar” frases repetitivas. O sentido também aparece ligado ao consentimento para “trocar” o sumário automático, conforme vemos em Sd1 de C1RB. Trocar, aqui, reforçando a ideia de substituir uma coisa por outra, implica, frisamos, tomar uma decisão numa instância que interfere na produção de sentidos.

Reforçamos que todas as “concessões” dadas pelo cliente ao revisor parecem estar condicionadas a uma análise crítica e a uma tomada de decisão do próprio revisor: “se achar necessário” (Sd1), “se julgar que deve” (Sd5), “caso vc ache que” (Sd11). É o cliente dando autonomia a esse profissional para intervir na construção de uma versão final para o texto que é seu, do ponto de vista jurídico e formal da autoria, mas que paradoxalmente torna-se

compartilhado, ou melhor, coconstruído, do ponto de vista da dinâmica em que se assenta o processo de criação e produção do mercado editorial.

Concluídas nossas análises, compreendemos, portanto, que o revisor, sob a ótica do autor acadêmico, tem autonomia para intervir no texto em nível superior à correção e à normatização gramatical, podendo, se assim julgar necessário, acrescentar, cortar ou substituir elementos linguísticos, bem como promover movimentos outros na tessitura textual, a fim de contribuir para que a versão final esteja o mais próximo possível da interpretação almejada pelo autor do texto. Desenvolvemos melhor essas considerações no próximo e último capítulo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta pesquisa instigados por uma pergunta que, apesar de toda a longevidade do ofício, ainda persiste no cotidiano profissional do revisor de textos: quando se contrata um revisor, o que se espera que seja feito por esse profissional? Ao buscar os serviços de um médico, um dentista, um engenheiro, temos uma noção concreta e consensual sobre a natureza do trabalho que esperamos receber. Quando se recorre a um revisor, no entanto, algo de nebuloso – e ao mesmo tempo particular – parece residir na expectativa de cada cliente, o que transforma essa profissão num terreno fértil, mas, paradoxalmente, pouco firme a quem transita diariamente por ele.

Acreditamos que as incertezas que rondam a relação entre revisor e cliente sejam ainda maiores quando a contratação acontece num mercado formado por profissionais autônomos e sujeito às instabilidades e às vicissitudes da falta de regulamentação, como é o caso da prestação de serviços de revisão de textos acadêmicos. Por esse motivo, focalizamos esta investigação no autor acadêmico e naquilo que ele concebe a respeito da revisão e do profissional que a desempenha.

Seguimos a trilha da Análise de Discurso francesa, na vertente de Michel Pêcheux (1997) e seus desdobramentos no Brasil, com Eni Orlandi (2001, 2005), pensando, principalmente, em compreender os mecanismos imaginários postos em funcionamento no discurso do autor acadêmico e, a partir deles, as expectativas específicas desse perfil de cliente em relação ao revisor.

Partimos de uma hipótese que foi levantada pela autora desta pesquisa a partir de sua atuação como revisora autônoma de textos científico-acadêmicos: a de que o autor acadêmico espera do revisor intervenções que ultrapassam o nível normativo-ortográfico-gramatical, entrando na seara da textualização e, portanto, do sentido e do discurso.

Entendemos, por meio de nossas análises e do diálogo com autores que têm se dedicado ao estudo do tema “revisão de textos”, especialmente nas duas últimas décadas – como Ribeiro (2009, 2010, 2016), Salgado (2016, 2017, 2018), Muniz Jr. (2018), Rodrigues (2010), Romano (2020), entre outros –, que são fluidos os limites que definem o papel do revisor e suas tarefas em

um texto acadêmico, sendo difícil, portanto, estabelecer consonância em relação às expectativas dos clientes quanto a esse papel.

Entretanto, esta investigação nos permitiu levantar algumas considerações que, acreditamos, lançarão luz a essa questão. Assim, para o autor de textos científico-acadêmicos, o revisor é um profissional que atua compartilhando a construção de uma versão final de seu texto. Ele é um coescriba, um parceiro, que tem autonomia para intervir de diversas maneiras a fim de alcançar esse objetivo. Dele se esperam ações como corte e substituição de palavras, reescrita de trechos para torná-los mais coesos e claros, assim como detecção de erros e correção de desvios de ordem ortográfica, gramatical e outras ligadas a convenções de escrita. A ele são atribuídas também funções de formatação e adequação às exigências do gênero em questão (artigo, dissertação, tese, resenha, etc.).

Embora corrobore um imaginário de que o revisor é um caçador de erros e um corretor de normas, o discurso do autor acadêmico nos permite vislumbrar outros imaginários: o revisor é aquele que reescreve, retrabalha, aprimora, eleva a qualidade do texto, enfim, lança seu olhar para se chegar a uma melhor versão. Sintetizamos, no quadro 3, os grupos de imaginários que esta análise nos permitiu contemplar e os sentidos que os reforçam.

Quadro 3 – Imaginários do autor acadêmico em relação ao trabalho do revisor

<p>Grupo 1: O revisor como coenunciador ou coescriba</p>	<p>Grupo 2: Revisor é o que formata e coloca dentro das normas ortográficas e gramaticais</p>	<p>Grupo 3: O revisor tem autonomia</p>
<p>Primeira pessoa do plural autorizando o revisor a modificar o texto.</p>	<p>Marcas e elementos linguísticos acionando a memória de um revisor que é conhecedor dos padrões oficiais (ABNT, Vancouver, APA, etc.); conhecedor da norma-padrão da língua; corretor de desvios e inadequações ortográficas e gramaticais</p>	<p>Expressões e locuções verbais construindo um sentido de liberdade do revisor para decidir sobre execução de alterações, seja de ordem gramatical e ortográfica, seja de ordem semântica e discursiva.</p>
<p>Primeira pessoa do plural transferindo ao revisor a corresponsabilidade pelo cumprimento de prazos.</p>		
<p>Designações para tarefas do revisor que indicam expectativas de intervenções na ordem do discurso.</p>		
<p>Verbos que produzem sentido de melhoria, aumento de qualidade, coconstrução de uma versão final do texto.</p>		

Fonte: Elaborado pela autora.

No imaginário do autor acadêmico, portanto, é principalmente na ordem do discurso (e não apenas da gramática) que o revisor deve intervir quando estiver trabalhando para tornar público o texto revisado.

Nossas análises ajudam a desconstruir um imaginário social de que uma obra autoral, no caso desta pesquisa, um texto acadêmico-científico, é fruto de um trabalho individual e solitário do autor. Reforça, por sua vez, o sentido de

criação coletiva de produtos editoriais, reposicionando o autor como elo de uma corrente da qual faz parte, entre outros, o revisor. Evidencia, dessa forma, o lugar do revisor como integrante do processo de autoria, mostrando como o trabalho de construção de um texto para publicação é dinâmico e compartilhado.

Admite ainda que, para além de corretor de normas, o revisor é participante ativo da produção de sentidos do texto, no qual interfere, voltamos a afirmar, discursivamente. Dessa maneira, concorda com Salgado (2017) quando afirma que o revisor atua como coescriba do autor.

Ponderamos que a ideia de que o revisor é um coenunciador parece estar ainda mais fortemente marcada no discurso do autor acadêmico, já que compõe uma corrente com menos elos (ele e o revisor), e por isso reconhece de forma mais contundente o papel que seu parceiro desempenha. Essa hipótese, porém, exige que se amplie a análise para outros nichos de atuação do revisor – que não somente os textos acadêmicos –, o que pode ser pertinente a novos estudos.

Pelo que pudemos perceber no processo discursivo do autor acadêmico com o revisor, há uma complexidade envolvendo as expectativas desse cliente, o que repercute nas próprias atribuições do revisor. Esperam-se intervenções, como cortar e substituir elementos linguísticos, que atribuem ao profissional da revisão responsabilidades que, num primeiro momento, pensávamos estar reservadas apenas para o autor.

Muniz Jr. (2009) nos alerta que um texto que se entrega à atividade de intervenção textual é passível de sofrer várias textualizações, passando por um arbítrio coletivo que nem sempre alcançará um consenso. Lembremos que as “dramáticas do texto”, como se refere esse autor aos movimentos de tessitura dos profissionais que compõem a cadeia criativa dos textos para publicação, “implicam relações de força, porque põem em choque diferentes concepções de língua, estilo, comunicação, público” (MUNIZ JR. 2009, p. 2).

Desse modo, vemos espaço para questionamentos que poderiam ser levantados também em pesquisas futuras: ao modificar o léxico, eliminar ou acrescentar elementos linguísticos, entre outras demandas que percebemos ser apresentadas pelo autor acadêmico, não estaria o revisor interferindo no conteúdo e, portanto, saindo da posição de profissional que dá tratamento ao

texto para ocupar a posição de autor? Lembremos: o texto é um lugar de embate de valores (MUNIZ JR., 2009). O movimento de ajustar o léxico, buscando palavras mais adequadas, estará sendo feito por um sujeito numa posição que não é a de autor do texto. Esse sujeito (revisor) é interpelado ideologicamente e afetado por outros sentidos, distintos do autor, o que sempre abre a possibilidade de deslizamentos.

Outra questão que reforçamos aqui refere-se à possibilidade de considerar, numa proposta de análise futura dos discursos dos autores acadêmicos, as peculiaridades dos espaços enunciativos em que elas circulam. Como salientamos, nesta pesquisa não nos detivemos em estudar possíveis diferenciações de discurso em função dos suportes que os abarcam, quais sejam, e-mail, WhatsApp e comentários às margens do texto feitos por meio da ferramenta de revisão do word. Não consideramos, portanto, a materialidade técnica dos processos discursivos. Vemos nisso, dessa forma, um caminho ainda a ser percorrido.

REFERÊNCIAS

AGUSTINI, Carmen Lúcia Hernandez; GRIGOLETTO, Evandra. Escrita, alteridade e autoria em análise do discurso. *Matraga*, v. 15, n. 22, p. 145-156, jan. jun. 2008.

ASSIS, Juliana Alves. Representações sobre os textos acadêmico-científicos: pistas para a didática da escrita na universidade. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 810-815, mai/ago 2014.

AUTONOMIA. In: Aulete Digital. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/autonomia>. Acesso em: 25 mar. 2022.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

CAVALCANTI, Ivancil Tibúrcio. *O processo de legitimação profissional no relacionamento entre consultores organizacionais e seus clientes*. 137 f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

CHIBENI, Silvio Seno. *O Texto acadêmico*. Unicamp, on-line. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/textoacademico.pdf> Acesso em: 09 set. 2019

COELHO, Sueli Maria; ANTUNES, Leandra Batista. Revisão textual: para além da revisão linguística. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 4, n. 26, p. 205-224, 2010.

COELHO NETO, Aristides. *Além da revisão: critérios para a revisão textual*. 3. ed. Brasília: Editora Senac, 2013.

COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens. *Langage*, Paris, Larousse, n. 62, p. 9-128, 1981.

COURTINE, Jean-Jacques. Definições de orientações teóricas e construção e procedimentos em Análise do Discurso. *Policromias*, ano 1, p. 14-35, jun. 2016.

CWTS. Classificação de Leiden. *Ranking CWTS Leiden 2021*. Disponível em: <https://www.leidenranking.com/ranking/2021/list>. Acesso em: 30 maio 2022.

D'ANDREA, Carlos F. B.; RIBEIRO, Ana Elisa. Retextualizar e reescrever, editar e revisar: Reflexões sobre a produção de textos e as redes de produção editorial. *Veredas on-line – Atemática*, Juiz de Fora, v. 1, p. 64-74, 2010.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3. ed. Tradução: Lauda Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GOMIDE, Renata Marques; GOMIDE FILHO, Sérgio Roberto. Considerações sobre a revisão profissional de textos acadêmico-científicos. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 19, n. 36, 2015.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

LEMOS, Patrícia Souza. *Escrita acadêmica e revisão textual: a construção do sentido em teses de doutorado*. Dissertação. 2017. 211f. (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, 2017.

MALTA, Luiz Roberto. *Manual do Revisor*. São Paulo: WVC, 2000.

MESQUITA, Elisete Maria de Carvalho. O ensino de língua portuguesa no Brasil: concepções de texto, concepções de escrita. *Letras & Letras*, v. 29, n. 2, 2013.

MOREIRA, Carla Barbosa. *Produção, circulação e funcionamento da censura na ditadura militar brasileira e no fascismo italiano: a censura na ordem do discurso*. 2009. 188f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Letras, Faculdade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola, 2019.

MUNIZ JR., José de Souza. A intervenção textual como atividade discursiva: considerações sobre o laço social da linguagem no trabalho de edição, preparação e revisão de textos. In: INTERCOM, 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2009.

MUNIZ JR., José de Souza. *Tinha um editor no meio do caminho: Questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual*. Divinópolis: Artigo A, 2018.

NASCIMENTO, Lourdes da Silva do. *Revisor de Textos: Concepções e Formação do Profissional em Minas Gerais*. 2014. 136 f. (Dissertação – Mestrado em Estudos de Linguagens). Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

NASCIMENTO, Lourdes da Silva do. O profissional de revisão de textos em Minas Gerais. In: RIBEIRO, Ana Elisa; ROMANO, Márcia Regina (Orgs). *Além da gramática*. Questões contemporâneas de edição, revisão e preparação textual. Belo Horizonte: Artigo A, 2021.

NOBLE, Debbie Mello. *Quem mexeu no meu texto? Língua, poder e autoria nos dizeres sobre o revisor de textos da publicidade*. 2016. 123f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.

OLIVEIRA, Cícero Alberto de Andrade. O que se espera de um revisor? In: In: SALGADO, Luciana Salazar; RIBEIRO, Ana Elisa de Arruda Penteadó (Orgs.). *Mediação Editorial: o que é? Quem faz? Revisão de textos, ofícios correlatos e materialidades editáveis*. Bragança Paulista, SP: Margem da Palavra, 2018. p. 37-45.

OLIVEIRA, Jairo Venício Carvalhais. O discurso relatado como forma de posição identitária no gênero monográfico: reflexões para a atividade de revisão de textos.

ReVeLe, n. 2, jan. 2011.

OLIVEIRA, Risoleide Rosa Freire de. *Revisão de textos: da prática à teoria*. Natal: EDUFRN, 2016.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Vozes, 2005.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Interpretação*. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Paráfrase e polissemia. *Rua*, Campinas, v. 4, p. 9-19, 1998.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: um introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997 [1969].

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PEQUENO, Vitor. *Tecnologia e Esquecimento*. Uma crítica a representações universais de linguagem. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

PINTO, Maria da Graça Lisboa Castro. Os meandros da escrita acadêmica. Alguns recados aos estudantes universitários. *Linha D'Água on-line*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 9-27, jan/abr 2018.

PIRES, Renata Alves. *Uma discussão sobre enunciados de provas escolares dos pontos de vista da pertinência, da exaustividade e da modalidade*. 2018. 18 f. Monografia (Especialização em Revisão de Textos) – PUC Minas, Belo Horizonte, 2018.

RIBEIRO, Ana Elisa. *Em busca do texto perfeito: questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual*. Divinópolis: Artigo A, 2016.

RIBEIRO, Ana Elisa; D`ANDREA, Carlos F. B. Retextualizar e reescrever, editar e revisar: reflexões sobre a produção de textos e as redes de produção editorial. *Veredas online – Atemática*, Juiz de Fora, v. 1, p. 64-74, 2010.

RIBEIRO, A. E. Revisão de textos e “diálogo” com o autor: abordagens profissionais do processo de produção e edição textual. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Educação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 - 7 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2050-1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

ROCHA, Harrison da. *Um Novo Paradigma de Revisão de Texto: Discurso, Gênero e Multimodalidade*. 2012. 246 p. (Tese – Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, Brasília.

RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio; ASSIS, Juliana Alves. (Orgs). *No ritmo do texto*. Questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. Divinópolis: Artigo A, 2019.

RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio (Org.). Dossiê Revisão de Textos. *Scripta*, v. 14, n. 26, 2010.

RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio. Saberes necessários à prática de revisão de textos. In: SALGADO, Luciana Salazar; RIBEIRO, Ana Elisa de Arruda Penteado (Orgs.). *Mediação Editorial: o que é? Quem faz? Revisão de textos, ofícios correlatos e materialidades editáveis*. Bragança Paulista, SP: Margem da Palavra, 2018. p. 47-58.

ROMANO, Márcia Regina. *Uma costura a várias mãos: estudo do processo de produção e revisão textual de peças gráficas no Sesc em Minas Gerais*. 2020. 180f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Estudos de Linguagens. Centro de Educação Tecnológica do Estado de Minas Gerais (Cefet/MG), Belo Horizonte, 2020.

SALGADO, Luciana Salazar; PENTEADO, Ana Elisa de Arruda. (Orgs.) *Mediação editorial: o que é? Quem faz? Revisão de textos, ofícios correlatos e materialidades editáveis*. Bragança Paulista: Margem da Palavra, 2018. 282 p.

SALGADO, Luciana Salazar. *Ritos genéticos editoriais: autoria e textualização*. Bragança Paulista: Margem da Palavra, 2016.

SALGADO, Luciana Salazar. *Quem mexeu no meu texto? Questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual*. Divinópolis: Artigo A, 2017.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Tradução: Antônio Ehelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Daniel Haberli. Intervenções textuais para além da gramática. *In: SALAZAR, Luciana Salgado; PENTEADO, Ana Elisa de Arruda. (Orgs.)* *Mediação editorial: o que é? Quem faz? Revisão de textos, ofícios correlatos e materialidades editáveis*. Bragança Paulista: Margem da Palavra, 2018. 282 p.

SOBRAL, Adail; BARBOSA, Vanessa. Sobre tipos de revisão textual e suas redes enunciativas: uma proposta bakhtiniana. *In: RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio; ASSIS, Juliana Alves. (Orgs.)* *No ritmo do texto*. Questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. Divinópolis: Artigo A, 2019. (p. 17-41).

SOUZA, Luciana Rugoni. Revisão de textos e os ritos genéticos editoriais. *In: SALGADO, Luciana Salazar; RIBEIRO, Ana Elisa de Arruda Penteado (Orgs.)*. *Mediação Editorial: o que é? Quem faz? Revisão de textos, ofícios correlatos e materialidades editáveis*. Bragança Paulisya, SP: Margem da Palavra, 2018. p. 13-24

TEIXEIRA, Vivian Cristiane. *Divulgação do conhecimento e imaginário: uma abordagem discursiva da exposição Demasiado Humano, do Espaço do Conhecimento UFMG*. 2020. 141f. Dissertação. (Mestrado em Estudos de Linguagens) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2020.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. *Escrever na Universidade – Fundamentos*. São Paulo: Parábola, 2019.

VOLKWEIS, Felícia Xavier. *O papel do revisor: é preciso pedir ao óbvio que se justifique*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2020.

ANEXO 1 - Termo de consentimento assinado pelos autores/clientes**Termo de consentimento**

Declaro meu consentimento para que a pesquisadora Renata Alves Pires, estudante de mestrado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG), no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “Revisão textual de trabalhos acadêmicos: imaginários do autor à luz da análise do discurso”, possa utilizar dados de correspondências que foram estabelecidas por mim (por e-mail, mensagens privadas e outras formas de comunicação) com o profissional de revisão de textos, a propósito da contratação de serviços de revisão de produções textuais de minha autoria e da execução do trabalho pelo profissional, exclusivamente para consecução dos objetivos propostos na referida pesquisa, ciente de que será garantido meu anonimato, bem como a privacidade de informações que possam comprometer o sigilo de minha identidade pessoal.

Belo Horizonte, 9 de agosto de 2021.

Nome completo e assinatura do participante: